



5 ANOS DE COVID

Radis mostra como sobrevivemos à pandemia com a ajuda do SUS e da vacina e lembra que a luta por justiça e memória continua



QUEREMOS **OUVIR** VOCÊ



PARTICIPE DA PRIMEIRA PESQUISA DE OPINIÃO DE RADIS!

Queremos fazer uma comunicação mais próxima de você e mais atenta às necessidades de nossos leitores e leitoras. Para isso, precisamos de sua ajuda para conhecer melhor a maneira como você utiliza a Radis e interage com nossos conteúdos — na revista, no site e nas redes sociais.



TOPA COLABORAR COM A GENTE? ACESSE O LINK:

<https://bit.ly/pesquisaradis2025>

RADIS

edição 270 ■ mar 2025

CAPA: FELIPE PLAUSKA



EDITORIAL
3 A vida depois da covid

4 VOZ DO LEITOR

5 SÚMULA

CAPA | COVID 5 ANOS
10 Vidas pós-covid

16 A memória da
pandemia em imagens

18 Meia década sem justiça
e reparação

22 Como a covid alterou
a saúde global?

28 Memória *Radis* na Pandemia

34 SERVIÇO

35 PÓS-TUDO
Exploração de Petróleo na Foz
do Amazonas: desenvolvimento
ou ilusão?

A vida depois da covid

No mês em que completamos cinco anos da decretação da emergência sanitária provocada pela pandemia de covid-19 no Brasil, dedicamos vinte e quatro páginas desta edição a um conjunto de matérias com reportagens e entrevistas sobre aquele período e os desafios atuais relacionados à covid. Incluímos um retrospecto da cobertura jornalística de *Radis* sobre o tema, que privilegiou a realidade e as vozes dos mais atingidos, como as populações vulnerabilizadas e os profissionais de saúde. Acrescentamos análises prospectivas sobre as condições para o enfrentamento de novas pandemias no planeta e no país.

Nossos repórteres levantaram dados, ouviram especialistas e, principalmente, as pessoas mais afetadas e aquelas que se envolveram no enfrentamento à doença. Adriano De Lavor procurou alguns dos entrevistados pela revista no auge da pandemia, colhendo novos depoimentos emocionantes e repletos de aprendizados e reflexões sobre a vida depois da covid.

Jesuan Xavier ouviu entidades como a Vida e Justiça e a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 que buscam justiça e reparação. O Estado brasileiro ainda não responsabilizou nem puniu as autoridades que estavam à frente da gestão desastrosa da pandemia e nem dispõe de leis e políticas públicas que assegurem memória, assistência ou direitos às vítimas e às famílias.

Glauber Tiburtino entrevistou especialistas, consultou documentos e acompanhou debates sobre a agenda global de saúde em 2025, em busca de respostas para questões como as marcas e os aprendizados deixados pela covid-19. Questionou também sobre o quanto o país, a comunidade científica e a cooperação internacional estão ou não preparados para enfrentar novas e inevitáveis pandemias. Desigualdade entre as nações, negacionismo e desinvestimento nas organizações multilaterais, em especial da saúde, são algumas das preocupações. O apagão de dados e o desmonte de institutos de ciência e saúde nos EUA, promovidos

por Donald Trump, são ameaças, em especial frente ao surgimento naquele país da gripe H5N1 (influenza aviária).

Lícia Oliveira reuniu algumas das principais reportagens de *Radis*, desde março de 2020, em uma cronologia dos rumos da pandemia sob a ótica de nossa cobertura jornalística. Estivemos lado a lado com os leitores e a população nos protocolos de proteção, na tristeza das mortes e do luto, no combate à desinformação, na explicitação das desigualdades de moradia, trabalho e estudo, na dedicação e exposição ao risco por parte dos profissionais de saúde, na escuta da voz das populações vulnerabilizadas, no reconhecimento do SUS pela sociedade.

A substituição de Nísia Trindade por Alexandre Padilha no Ministério da Saúde é comentada na seção Súmula. Nísia se destacou pela reconstrução do SUS, após o desmonte submetido ao sistema desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e pelos avanços implementados em inúmeras políticas de saúde. Ainda assim, enfrentou ataques sistemáticos e misóginos no Congresso e na mídia. Por trás dessa campanha, o desejo de se apropriarem dos recursos públicos da saúde para outros interesses que não os do SUS.

Radis está atenta à COP 30 e traz matérias preparatórias para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a ser realizada em Belém, em novembro. Na seção Pós-Tudo, artigo da geógrafa Regina Celi Pereira faz novas críticas à intensão de explorar petróleo na Foz do Amazonas, o que considera contraditório com o discurso ambientalista do governo brasileiro.

Ainda sobre as mudanças climáticas, lançamos olhar sobre o quanto os efeitos do calor intenso afetam de forma desigual a vida cotidiana das populações e a saúde de diversas categorias profissionais, como trabalhadores da agricultura, construção civil, correios, telecomunicações e vigilância, assim como a de milhões de estudantes e professores em escolas no país, inadequadas à proteção contra o calor.

Radis quer ouvir você em nossa primeira grande pesquisa de opinião. Acesse o link na página 2, no anúncio da quarta capa, no site ou em nossas redes sociais. Queremos sua opinião sobre os temas, textos e apresentação visual da revista impressa e de nossos conteúdos digitais no site e nas redes sociais. Tem espaço para avaliar nossos canais de interação, sugerir pautas e dizer o que esperam de *Radis* no futuro. As respostas são anônimas e você leva apenas três minutos para preencher o questionário. Sua voz é muito importante para nós. Participe!

■ ROGÉRIO LANNES ROCHA, COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis.ensp@fiocruz.br Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

 radis.ensp.fiocruz.br

 /RadisComunicacaoeSaude

 /radisfiocruz

 @radisfiocruz

PELO FIM DA ESCALA 6X1

Parabéns! Matéria necessária! Trabalho na PNSTT [Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora], pesquiso no doutorado essa temática.

Jacyara Santana, via Instagram

Ultrapassada, caótica, escravizadora, cansativa, altamente desgastante são só alguns dos muitos adjetivos para descrever essa escala [6x1], que mais traz perdas do que ganhos para o trabalhador!

João Andrade, via Instagram

Fim da escala 6x1! O trabalhador está doente, fisicamente e psicologicamente.

Rafaele Lima, via Instagram

Os trabalhadores merecem respeito e dignidade.

Wesley Fábio, via Instagram



CAPOEIRA É SAÚDE

Utilizo a capoeira como metodologia de promoção da saúde nas atividades realizadas na UBS Planalto Ininga, em Teresina-PI, com usuários do CAPS II Leste e idosos do Grupo Adeus Solidão. Os resultados são os mesmos apresentados na pesquisa e gostaria muito que a capoeira estivesse na lista de PICs [Práticas Integrativas Complementares], nos procedimentos ofertados pelo SUS e que estivesse instituída em todas as escolas. Iê, viva a Capoeira! Iê, viva meu Mestre Bobby! Iê, viva o SUS!

José Neto, via Instagram

Temos um projeto de capoeira como terapêutica de crise em um hospital psiquiátrico (@capoeiraibce e @randy.pozo) e os resultados têm sido incríveis! Habitar o corpo com esta cultura é algo superpotente e o campo da saúde mental tem muito a se beneficiar desta prática.

Rejane de Moura Nunes, via Instagram

O que eu acho interessante na roda de capoeira é em relação ao que Sobonfu Somé [professora e escritora burquinense, falecida em 2017] fala sobre a necessidade individual de participar de um coletivo para mostrar nossas habilidades pessoais. A capoeira nos permite protagonismo ao nos colocar no centro da roda. Não tem disputa de egos. O mestre assiste, orienta, mas permite espaço.

Eliane Krenak, via Instagram

Viva a ciência! Mas acho que prefiro a capoeira como arte :)

Guilherme Granato, via Instagram

A capoeira é uma ciência, a ciência é uma arte! Axé.

Jorge Itapuã, via Instagram

No meu município [Adamantina-SP] tem projeto de Lei. Capoeira está em todas as escolas públicas!

Arieni Tarcila, via Instagram

Capoeira é vida!

Leticia Soares e Renato Sobral, via Instagram

ENTREVISTA COM LILIA GUERRA

Necessitamos permear fronteiras e desconstruir barreira entre os campos do saber. A saúde foi por muito tempo um castelo isolado e intransponível construído com tijolos do saber biomédico. A literatura também é promoção de saúde.

Pedro Marinho dos Santos, via Instagram

Sou ledora com muito gosto, sede e apetite para o aprendizado prazeroso e prazenteiro de viver em abundância. Abraço, Lília!

Rosinha Filgueiras, via Instagram

Uma das minhas melhores leituras dos últimos tempos.

Nine Copetti, via Instagram

Obrigado pelo espaço, gente!

Lília Guerra, via Instagram

EXPEDIENTE

RADIS © é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Glauber Tiburtino
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor,
Jesuan Xavier e Lara Souza

Estágio Supervisionado
Izabelly Nunes

Arte
Eduardo de Oliveira, Felipe Plauska e Fernanda Andrade

ADMINISTRAÇÃO
Fábio Lucas
Carolina Ferreira
Ingridi Maia da Silva

DOCUMENTAÇÃO
Lícia Oliveira (Projetos Memória Radis 40+ e Radis Aberto)

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação)
Periodicidade mensal Impressão Gráfica RJ Offset
Tiragem 113.700 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.





MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Nísia sai de cena, mas merecia mais...

Durou pouco mais de dois anos a gestão da primeira mulher à frente do Ministério da Saúde (MS). Em 25 de fevereiro, após um intenso processo de especulações e “fritura” na imprensa, que já se arrastava há pelo menos cinco dias, o presidente Lula enfim oficializou o que os noticiários já davam como certo e anunciou a saída de Nísia Trindade da pasta. No seu lugar assume Alexandre Padilha, então ministro de Relações Institucionais, que já ocupou o cargo no governo Dilma, entre 2011 e 2014.

A justificativa para a troca de comando em um dos principais ministérios da Esplanada seria que, em meio a uma crise em seu governo, Lula teria visto a substituição de um nome técnico por outro com perfil mais político como uma cartada capaz de manter a governabilidade e sustentar uma boa posição do atual governo na disputa presidencial de 2026. Uma aposta alta.

Antes da demissão, Nísia cumpriu a última agenda pública como ministra, anunciando — na presença de Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin — novos avanços na saúde, como a primeira vacina 100% nacional e de dose única contra a dengue, que será administrada a partir de 2026, além de parcerias para assegurar acesso a insulinas no SUS, uma vacina nacional contra gripe aviária e a vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR). Iniciativas que indicam o fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, uma de suas principais bandeiras.

A falta de um posicionamento do presidente, que em outros momentos saiu em defesa da ministra — como na 17ª Conferência Nacional de Saúde, em 2023 (*Radis* 251) — aumentava a incerteza no entorno de Nísia, que chegou a manifestar o desconforto com a situação (*O Globo*, 20/2). A forma pouco sensível e desrespeitosa como a mudança foi feita gerou reações. E Nísia recebeu demonstrações de apoio.

Nas redes sociais, a hashtag #respeitanísia foi utilizada em protesto pela forma como ela vinha sendo exposta

e em reconhecimento à atuação de alguém que durante a pandemia, ainda como presidente da Fiocruz, teve papel fundamental no enfrentamento à covid-19. E que, como ministra, em dois anos demonstrou com números ter reerguido um SUS combatido, que desde o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, até sua chegada, em 2023, passou por graves crises de desfinanciamento e até de identidade nas mãos de seis ministros nos governos Temer (2) e Bolsonaro (4). O coletivo de servidoras, alunas e colaboradoras da Fiocruz, 8M, também se manifestou em campanha por respeito à Nísia.

Após a confirmação da saída, a ex-ministra recebeu diversas menções e mensagens na internet. Uma delas foi da antropóloga e pesquisadora Debora Diniz, que lamentou o episódio, em uma postagem em suas redes: “Eu sinto muito, ministra Nísia. (...) A senhora fez história como a primeira ministra mulher da Saúde. A senhora já tinha memória como presidente da Fiocruz durante a pandemia. Deixou um legado para quem quer que a venha substituir na história como uma ministra técnica e competente para gerir as políticas de saúde”.

A historiadora e também antropóloga Lilia Schwarcz seguiu a mesma linha: “Nísia acaba de ser demitida e o médico Padilha entra em seu lugar nessa dança das cadeiras do governo Lula que tem direito de demitir ministros. Mas não vale humilhar — e reduzir dessa maneira o número já diminuto de mulheres no governo”, pontuou.

Em fevereiro de 2023, quando chegou ao MS, Nísia concedeu entrevista exclusiva à *Radis* (245), quando falou sobre as ações prioritárias nos 100 primeiros dias de gestão e ressaltou o compromisso com a ciência e a saúde coletiva. Ela revitalizou e fortaleceu o SUS. Independentemente das razões políticas que levaram à decisão, Nísia merecia mais respeito. Isso ninguém deveria discutir.



Farmácia Popular totalmente gratuita

Todos os 41 medicamentos e itens do Programa Farmácia Popular passaram a ser gratuitos para toda a população e podem ser retirados nas farmácias credenciadas desde 14 de fevereiro. A medida beneficiará mais de 1 milhão de pessoas por ano, principalmente idosos, que antes precisavam pagar com coparticipação em alguns produtos. O anúncio foi feito pela então ministra da Saúde, Nísia Trindade, em 13/2.

A partir de agora, uma maior gama de medicamentos para doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e asma, passou a ser fornecida sem custo para a população, assim como as fraldas geriátricas para o público acima de 60 anos. Outra medida busca ampliar a rede de farmácias privadas credenciadas, principalmente em municípios onde o programa ainda não atende.

Vacina da bronquiolite no SUS

O Ministério da Saúde vai incorporar ao Plano Nacional de Imunizações (PNI) a vacina contra o vírus sincicial respiratório (VSR), principal responsável pela bronquiolite infantil, no SUS. A bronquiolite é uma inflamação dos bronquíolos, pequenas vias aéreas nos pulmões que ligam os brônquios aos alvéolos e com grande possibilidade de complicações para crianças menores de 2 anos, especialmente bebês com até 6 meses de vida, podendo levá-los à morte.

O imunizante Abrysvo, da Pfizer, é dado em dose única, para gestantes de até 49 anos e pode ser aplicada durante o segundo ou terceiro trimestre da gravidez. O objetivo é que a mãe desenvolva os anticorpos e os transfira para o bebê ao longo da gestação, protegendo dessa forma os recém-nascidos. A expectativa é de que beneficie aproximadamente 2 milhões de nascidos vivos ao ano e ajude na prevenção de 28 mil internações anuais.

Críticas ao plano de saúde “melhoral e copo d’água”

Pesquisadores da USP e da UFRJ questionam a possível criação de um plano de saúde barato e com cobertura baixíssima. No dia 10 de fevereiro, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a realização de consulta pública sobre a implementação de novo modelo para o mercado privado: um plano de saúde que não permitirá atendimentos de emergência, internações e/ou tratamentos de câncer. O chamado plano “melhoral e copo d’água” se restringiria à cobertura de consultas eletivas e exames.

O Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento da Saúde (GPDES/UFRJ) e o Grupo de Estudos sobre Plano de Saúde (GEPs/USP) divulgaram nota conjunta (17/2) apontando os riscos e ilegalidades da proposta. Os especialistas alegam que uma cobertura tão precária fere a Lei dos Planos de Saúde em vigor desde 1998, que obriga as operadoras a cobrirem atendimentos de urgência e emergência.

Acesso desigual ao parto

O acesso ao parto hospitalar é desigual no Brasil, aponta um estudo do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS/Fiocruz). A pesquisa revela que mulheres grávidas nas regiões Norte e Nordeste viajam mais tempo e maiores distâncias para dar à luz no SUS e que há mais mortes maternas e neonatais após viagens longas, mostrando que essas questões podem ser potenciais fatores de risco para mães e bebês. Conheça alguns dados:

- **1 em cada 4 mulheres** (25,4%) precisou sair do município para dar à luz em hospitais do SUS
- No período analisado, a distância e o tempo de viagem cresceram em **31,1%** (de 54 km para 70,8 km) e **33,6%** (63,1 min para 84,3 min), respectivamente
- Mulheres que enfrentaram óbitos materno e/ou de recém-nascido viajaram por distância e tempos maiores (uma média de **94 km/100,9 min** de viagem), enquanto aquelas que tiveram resultados normais no parto se deslocaram uma média de **74,9 km/85 min**

Comunidade científica em defesa de Ligia Bahia

No início de fevereiro (5/2), mais de 50 entidades científicas, entre elas a Fiocruz, uniram-se em apoio à médica e professora da UFRJ, Ligia Bahia, por conta de um processo movido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Ligia é alvo de ação de reparação por danos morais por conta de suas críticas à posição do Conselho na condução da pandemia de covid-19. Suas contribuições marcantes ao campo da saúde coletiva e em defesa do SUS a trouxeram às páginas de Radis em diversas ocasiões.

A professora do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva (Iesc/UFRJ) e integrante do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) criticou enfaticamente a postura negativa do CFM em relação à vacinação e em apoio ao uso de cloroquina durante a pandemia. A Fiocruz repudiou a atitude do CFM e solidarizou-se com a médica, reafirmando a pertinência do posicionamento de Ligia Bahia, “sempre baseado em evidências científicas, em consensos amplamente aceitos por seus pares e aplicados com sucesso durante a pandemia de covid-19”, ressaltou a nota oficial da Fundação.

“ Quando o CFM ingressa com uma ação judicial contra uma médica, uma cientista, ele tenta silenciá-la e isso vai contra o princípio constitucional da liberdade de expressão ”

(Leticia Caboatan, advogada e integrante da defesa de Ligia Bahia, para o UOL, 5/2)



GEORGE MAGARAIA/ABRÁSÇO

Síndrome pós-covid: invisibilidade nos serviços de saúde

Novo estudo da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), realizado em parceria com a Escola de Saúde Pública de Harvard e a Escola de Economia e Ciências Políticas de Londres, apontam grande prevalência da síndrome pós-covid (ou covid longa) na população, mas que é algo invisibilizado pelos serviços de saúde. Muitos entrevistados tiveram dificuldades ao buscar tratamento, pois os problemas se misturavam às outras demandas de saúde.

91,1% dos entrevistados relataram sentir, pelo menos, um sintoma

71,3% afirmaram ter, pelo menos, um sintoma frequente

47,7% das pessoas precisaram de uma clínica pós-covid ou de um serviço de reabilitação e não teve acesso a eles

25% dos entrevistados relataram ter dormência e sintomas de ansiedade e depressão

SINTOMAS MAIS COMUNS

■ FADIGA

■ MAL-ESTAR APÓS ESFORÇO FÍSICO OU COGNITIVO

■ DORES NAS ARTICULAÇÕES

■ ALTERAÇÕES NO SONO
■ COMPROMETIMENTO COGNITIVO

O calor não é democrático

Que as emergências climáticas já afetam a vida cotidiana em todo o mundo, você já leu, ouviu comentários e até sentiu na pele. Veja como o calor excessivo afeta com maior força a vida dos mais vulneráveis.

Trabalhadores invisíveis

Em seu perfil no Instagram, a ONU Brasil (@onubrasil) criticou a “romantização do aquecimento global”, questionando o comportamento de parte da imprensa, que ilustra ondas de “calor mortal” com imagens de praia (19/2). “O calor extremo não é só desconforto, é uma crise de saúde pública e uma questão de justiça climática”, diz a postagem, apontando que os mais afetados não são os que aproveitam o mar, mas sim trabalhadores, que ficam expostos ao sol e não têm acesso à água e a protetor solar, e até crianças, que não conseguem estudar porque escolas não estão adaptadas ao calor.



Categorias mais afetadas

Dados apontam que os efeitos mais nocivos do calor, no Brasil, são sentidos por trabalhadores da agricultura, construção civil, correios, telecomunicações e vigilância, informa a BBC News Brasil (21/2). O site NSC Total (24/2) mostra como ambulantes, pedreiros e motoboys de Florianópolis lidam com o calor enquanto trabalham mais de oito horas por dia expostos ao sol.



É a periferia que alaga

“A galera da quebrada já está sofrendo as consequências da crise climática e do modelo econômico capitalista em que vivemos. Quando chove, não é a Avenida Paulista que alaga e deixa as pessoas desabrigadas, é a periferia”, alerta Amanda Costa, idealizadora e diretora do Instituto Perifa Sustentável (@perifasustentavel) e embaixadora da ONU. “A pauta climática ainda se concentra em uma bolha elitizada e branca que, em geral, não está realizando ações concretas para mitigar os danos”, disse à Revista Trip (20/2).



Estereótipos escondem

“Rio 40 graus não pode mais ser romantizado”, advertem Isabelly Damasceno, do Instituto Papo Reto (@paporetoinstituto) e Isabelle Venancio, do PerifaConnection (@perifaconnection). Em artigo publicado na Folha (15/2), as ativistas chamam atenção para a realidade de quem convive com sensações térmicas acima dos 50°C por dias consecutivos, sem ar-condicionado, e precisa enfrentar horas de transportes públicos lotados. Elas questionam como as imagens de céu azul e praias lotadas escondem o cotidiano de calor excessivo, casas desmoronando, saúde debilitada, falta de luz e falta de água. “A população negra e periférica precisa enfrentar todas essas crises simultaneamente, enquanto o restante da cidade segue sem sentir o peso dessa desigualdade”.

Petróleo na Foz do Amazonas: Lula mostra incoerência

Mundialmente conhecido pela defesa da sustentabilidade, o presidente Lula vem escorregando na pauta do meio ambiente ao pressionar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para que autorize a Petrobras a perfurar poços em busca de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, no litoral do Amapá.

A postura adotada pelo presidente desagradou servidores do órgão e ambientalistas e gerou preocupações sobre interferência política em um processo técnico, além de ampliar protestos contra o aumento da exploração de combustíveis fósseis, principais causadores das mudanças climáticas.

O presidente chegou a declarar à imprensa que a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, “jamais seria contra” a exploração de combustíveis fósseis na região. O que não foi confirmado na fala da ministra sobre o tema, em discurso realizado em Belém (PA), sede da COP 30, no mesmo dia.

Leia mais sobre o tema na seção Pós-tudo (p. 35).

Lula e Marina divergem sobre a exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas.



ESTADÃO

Alta no preço de alimentos

Oito em cada dez famílias brasileiras notaram a alta dos alimentos no país, segundo pesquisa Quaest. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que os alimentos ficaram 7,7% mais caros. A conta sobe para a população mais pobre do país quando são somados os serviços essenciais, como tarifas de água e eletricidade que também tiveram aumento, segundo dados da Quaest.

Um estudo do Centro de Liderança Pública (CLP) aponta os fatores que desempenharam papel fundamental no aumento dos preços, como a alta do dólar (impulsionada pela ascensão de Trump à presidência dos EUA) e condições climáticas adversas, a exemplo das chuvas no Sul e queimadas no segundo semestre de 2024.

O estudo também sugere soluções para mitigar os impactos desse aumento, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população. A principal recomendação é a implementação de transferências diretas de renda para os grupos mais afetados, como forma de fortalecer a proteção social.

O outro lado do Carnaval

Um incêndio de grandes proporções atingiu uma fábrica de roupas, na Zona Norte do Rio de Janeiro (12/2). As chamas destruíram todas as fantasias para o desfile de 2025 de uma tradicional escola de samba, a Império Serrano, além de ter afetado a Unidos da Ponte e a Unidos de Bangu.

Imagens de pessoas com dificuldades para sair do prédio em chamas, sendo socorridas pelo Corpo de Bombeiros, expuseram outro lado do carnaval carioca: trabalhadores em condições precárias, sem equipamentos adequados de segurança, que fazem turnos extras para dar conta da enorme demanda.

“Vamos considerar a proximidade do carnaval. Tinha três turnos trabalhando sem parar, então, a demanda por energia é bastante alta e pode haver risco de incêndio”, ressaltou Cláudia Morgado, engenheira civil e diretora da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), à Agência Brasil (12/2).

Pelo menos 21 pessoas precisaram ser hospitalizadas, algumas em estado grave, por intoxicação ou queimaduras, e no dia 16/2 o Hospital Getúlio Vargas informou a morte de uma delas, Rodrigo de Oliveira. As investigações preliminares da Polícia Civil apontam para uma sobrecarga de energia em uma rede elétrica improvisada e clandestina.

VIDAS

PÓS-

COVID

As mudanças e os aprendizados do período de pandemia na vida de três entrevistados de *Radis*

ADRIANO DE LAVOR

Parece que foi ontem, mas já se passaram cinco anos desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em relação ao coronavírus. Em 11 de março de 2020, o mundo já registrava 118 mil casos da doença em 114 países; 4,2 mil pessoas já haviam perdido a vida, outras milhões lutavam por ela em hospitais. “Tocamos a campainha do alarme alta e clara”, alertou naquela quarta-feira Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS.

O alarme soou, medidas emergenciais foram implementadas, e muita coisa mudou de lugar. Proximidade da morte, perda de pessoas queridas, risco de contágio, rotinas de higienização e de distanciamento social, exposição máxima às telas, mudanças drásticas na rotina de estudos e de trabalho. A vida humana foi obrigada a experimentar uma desconfortável pausa, diante de um cenário de incertezas e de muita desinformação. A pandemia de covid-19 não foi a mesma para todas as pessoas, mas é possível afirmar que ninguém passou ileso por ela.

Cinco anos depois, os efeitos ainda são perceptíveis, em muitos níveis. Além de sequelas físicas e emocionais, o tempo vivido sob a ameaça do novo coronavírus imprimiu mudanças na rotina e na sociabilidade da maioria das pessoas. Ao longo do tempo, algumas dessas alterações foram descartadas, outras incorporadas. *Radis* voltou a conversar com algumas pessoas que fizeram parte da nossa cobertura da pandemia de covid-19 e as convidou a refletir: que mudanças e aprendizados ficaram?

A VIDA APÓS O (IM)POSSÍVEL

Pedro Campana, médico infectologista

São Paulo (SP)

“Por um tempo, eu vivi o impossível”, resume Pedro Campana, infectologista e professor da Santa Casa de São Paulo. Quando foi declarada a pandemia, ele era coordenador dos residentes em um dos epicentros de enfrentamento ao coronavírus no país. Naquele momento, incerteza e angústia pautavam sua rotina. Eram 24 horas dedicadas a entender — e enfrentar — uma ameaça da qual pouco se sabia.

O olhar do jovem médico, emoldurado por equipamentos de proteção individual na capa da edição de junho de 2020 (*Radis* 213), que narrava a exaustiva e perigosa rotina de profissionais de saúde nos primeiros meses de enfrentamento à covid-19, é uma das imagens mais marcantes da cobertura de *Radis* sobre a pandemia.

Cinco anos depois, convidado a refletir sobre tudo que passou, Pedro relembra, em primeiro lugar, como foi comprometida a sua saúde mental. “Foi um momento da minha vida que eu tenho até blecaute ao recordar. Eu não lembro da sequência dos acontecimentos, mas lembro que voltei a fumar, depois de dois anos”, rememora. Ele também avalia que foi um momento de resiliência, em que seu foco estava no presente, “não pensando no dia seguinte, não pensando no dia anterior”.

De sua casa em São Paulo, com a *Radis* 213 em mãos, Pedro reorganiza os pensamentos e conta pelo telefone que, no início de tudo, não imaginava o que viria pela frente. Ele havia ministrado, em janeiro de 2020, uma aula no Departamento de Clínica Médica da Santa Casa, quando considerou que a possibilidade de uma pandemia era algo muito distante, quase impossível.

Quando a realidade se impôs, meses depois, tudo mudou. Ele se viu dando três, quatro notícias de morte por dia; seu telefone não parava de tocar; quando voltava do trabalho, não havia com quem conversar. Ele tentava se desligar, mas aí era a hora de estudar. Uma rotina extenuante. Além do cuidado que dedicava aos pacientes com covid-19, havia outras pessoas, já internadas com outras doenças infecciosas, que também exigiam sua atenção. Ele se preocupava com a saúde da sua família. E de seus amigos. E dele mesmo.

“Foi um momento de muito trabalho e de muita ansiedade”, resume. E de medo, muito medo. “Eu saía do hospital sem saber se iria morrer, se iria transmitir, se

as pessoas que eu gosto iriam morrer, tudo ao mesmo tempo na cabeça”. Até a vacina aparecer, não havia perspectiva, pensava o infectologista, que confiava na resposta dada pela ciência, mas lidava com problemas que exigiam condutas imediatas. Não foi fácil lidar, ao mesmo tempo, com as demandas clínicas, a desinformação e a própria sanidade.

O clima de incerteza e de proximidade com o perigo cobraram um preço alto à sua saúde. Uma crise de burnout, ainda durante a pandemia. Os primeiros sinais de esgotamento apareceram logo em 2021: ele não tinha vontade (e nem forças) para sair da cama. Recorreu à ajuda psiquiátrica e psicológica, rendeu-se aos remédios. A psicoterapia foi incorporada à rotina. “A conta vem depois, né? Vem bem mais diluída, mas vem. Toda hora uma coisinha, sabe? Especialmente quando estou dentro do hospital. Há lugares lá dentro que ainda hoje me remetem diretamente à pandemia”, explica.

MEMÓRIAS E APRENDIZADOS

E aprendizados? É possível pensar em algum legado de uma pandemia? Para o médico, ficou na memória a força do trabalho em equipe, da colaboração, da confiança em seus colegas de trabalho. Ele se emociona ao lembrar do elo que o ligou à amiga Taiana Ribeiro, também médica na Santa Casa, e desabafa: “Eu acho que até agora eu não me entendi no pós-pandemia, sabe? Eu ainda estou meio E.T.”

Para quem esteve no olho do furacão, diz, é difícil lidar com a “memória de rede social” das pessoas, e perceber que a experiência da pandemia não foi capaz de modificar o modo como a humanidade vive e se relaciona com o planeta. “Foi como se tivesse passado uma tempestade, uma tempestade que levou a quase um milhão de mortos no Brasil”, define.

Apesar de se reconhecer um pouco pessimista, diante do exercício de reflexão proposto pela entrevista, Pedro também registra algumas conquistas pós-pandemia em sua vida pessoal: a conclusão do curso de mestrado em Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, em que avaliou o impacto da covid-19 no desfecho clínico da tuberculose na população em situação de rua, na cidade de São Paulo; o investimento em um projeto pessoal, o Núcleo de Medicina Afetiva (Numa),



Pedro e a equipe do Núcleo de Medicina Afetiva (Numa), projeto que reúne profissionais de saúde em torno da proposta de atendimento humanizado

que reúne profissionais de saúde em torno da proposta de atender de modo humanizado, oferecendo cuidado centrado na pessoa, e não na doença. “Um projeto do qual eu me orgulho muito de ser sócio”, diz.

Ele também se mudou para uma nova casa, de onde fala com *Radis* sob o olhar companheiro de Chica da Silva e Miguelin, seus fiéis escudeiros caninos. É lá onde recebe o apoio da família (ele fala com carinho da irmã Mari) e reúne amigos longevos: “Meus amigos são incríveis. Eu tenho uma rede de apoio maravilhosa, de amigos de infância; são irmãos que a vida me deu”.

É na casa nova, situada em uma rua mais calma, onde Pedro também descansa, em seus momentos de lazer. “Antes eu era muito mais da noite. Agora eu me acostumei a ficar mais em casa. Eu acho que eu

me acostumei a ficar comigo, também”. Ele considera que estar mais à vontade consigo mesmo é reflexo da maturidade, mas também do aprendizado do período de distanciamento social, durante a pandemia.

Algo que ele também identifica que ficou em sua rotina, daquele período, é o uso de máscaras na rua, quando está resfriado — o que considera um ato de solidariedade — além do cuidado de se testar, sempre que suspeita que possa estar novamente com covid-19. Ele conta que ainda guarda em uma pequena caixa algumas máscaras que ganhou. O médico lembra bem de uma que recebeu de uma enfermeira, no Hospital das Clínicas, e de outras que sua mãe fez. Ele as guarda por considerá-las simbólicas. Símbolos de um período difícil e que deixou marcas, mas que o fortaleceram e não o impediram de seguir adiante.

A VIDA QUE (SE) ENTREGA

Tirza Ferreira, universitária, ex-entregadora de aplicativo

Porto Alegre (RS)

Quando as autoridades sanitárias no Brasil começaram a recomendar que as pessoas permanecessem em casa, durante a pandemia de covid-19, muita gente teve que ir às ruas para poder se sustentar. Tirza Ferreira, então estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi uma delas. Com a mãe desempregada e a bolsa de estudos cancelada, ela decidiu, emergencialmente, tentar a sorte como entregadora de aplicativo.

Ela foi uma das personagens da edição de agosto de 2020 de *Radis*, que registrou a precariedade das relações de trabalho nas plataformas digitais e repercutiu o movimento organizado pelos entregadores em diferentes estados (*Radis* 215). Naquele momento, Tirza já sentia os efeitos daquela mudança em sua saúde: “Foi uma decisão emergencial”, conta à *Radis*, cinco anos depois. Por telefone, de Porto Alegre, ela relembra o que passou, sem saudades, mas considera que a experiência mudou sua vida.

Não pela atividade em si, ressalta. Ela já sabia que não continuaria fazendo entregas. O joelho doía, as jornadas eram árduas, o que recebia era pouco. Contudo, “sendo uma pessoa envolvida com a militância no movimento estudantil, seria impossível eu não entender e não participar do movimento [Break dos apps]”, explica. O envolvimento de Tirza com a luta dos entregadores a fez aceitar a indicação do seu nome como candidata a vereadora pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda em 2020.

Um período difícil, quando fazia faculdade, entregas e, ao mesmo tempo, campanha política. A sobrecarga não foi somente no joelho, do qual reclama até hoje. “E aí o que deu no final? Um burnout horrível. Foi insuportável, e ainda estávamos no primeiro ano de pandemia”, relembra. Na metade de 2021, conta, voltaram à cena sintomas de depressão. A eleição havia passado, ela havia recebido 172 votos, o que não era suficiente para se eleger: “Eu não conseguia mais fazer nada, me isolei bastante, foi um processo bem doloroso”, rememora.

Após um longo tempo trancada em seu quarto — quando não encontrava forças nem para ir se testar e saber se o mal-estar que sentia era gripe ou covid-19 —, ela conseguiu se reerguer, ironicamente, com a ajuda da mesma bicicleta. Em uma tarde, Tirza pedalou até o Parque da Redenção, que fica perto de onde mora, e casualmente encontrou com uma amiga. Foi a conversa entre as duas que a motivou a procurar ajuda psiquiátrica. Mesmo medicada, ainda levou um tempo para se recuperar.

Quando voltou a estudar, em 2021, ela começou a perceber que não se encaixava mais. Já não se sentia motivada a continuar estudando Pedagogia; o desprezo do governo Bolsonaro pela educação a assustava; as aulas a distância não ajudavam. Ela temia nunca conseguir emprego. Submeteu-se ao Enem, mas não passou. “Eu piorei muito nessa época. Tinha muito medo de ser uma pessoa com uma graduação; mas não ter um emprego na área”, relembra. Por outro lado, a ideia de “começar de novo” não lhe agradava.

Foi então que seu pai e seu irmão sugeriram um recomeço: eles argumentaram que a militância de Tirza tinha uma ligação estreita com a saúde mental, e que talvez fosse este um bom caminho a se tentar. A experiência pessoal durante a pandemia pesou — e ela decidiu mudar o rumo. Desde 2022 estudante de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), ela avalia, hoje, o quanto o apoio familiar, a ajuda profissional e o recomeço foram

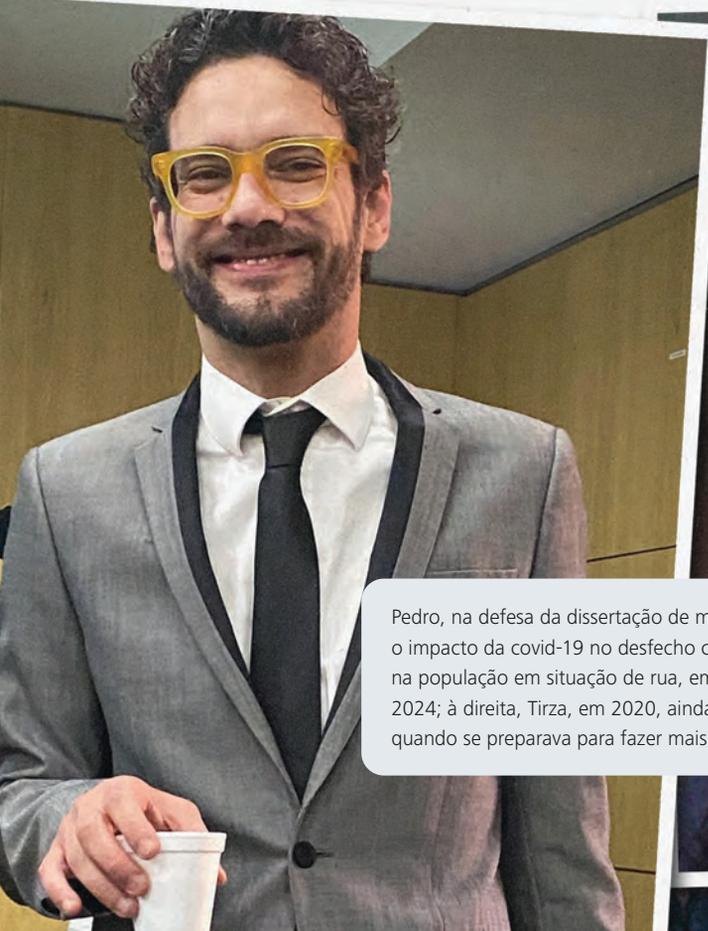
importantes para a sua saúde. “Voltar a estudar me deu novas perspectivas”, conta.

Logo no início do novo curso, ela já se envolveu em um grupo de pesquisa, onde é bolsista de iniciação científica. Com o tempo, conseguiu estágios remunerados, fez alguns trabalhos freelance para complementar a renda; hoje, cumpre estágio obrigatório em uma empresa de recursos humanos. Para o futuro, pensa na pesquisa e na docência, entendendo que o tempo que investiu nas duas graduações anteriores inconclusas (Pedagogia e História) não foram em vão.

TELAS E PRECARIZAÇÃO

E cinco anos depois, o que ficou de aprendizado? Sem pausa para pensar, ela responde: “Resiliência, definitivamente. Eu sinto que posso passar por absolutamente tudo e qualquer coisa, depois do que vivi”. Este “tudo” a que se refere veio há pouco, quando o Rio Grande do Sul passou pelas enchentes, em 2024. Pessoalmente, ela não sofreu nenhum dano, mas sentiu os efeitos no cotidiano. Perdas, isolamento, solidariedade: “Parecia tudo de novo, sabe?”

Tirza conta que a evasão na universidade foi enorme. Mais uma vez, teve que lidar com a Educação à Distância (EaD), já que estava em Ipatinga (MG), quando a tragédia aconteceu. “Fiquei presa lá, não conseguia voltar”. No período em que ficou afastada, sua mãe recebeu uma família desabrigada, que ficou



Pedro, na defesa da dissertação de mestrado, que avaliou o impacto da covid-19 no desfecho clínico da tuberculose na população em situação de rua, em São Paulo, em 2024; à direita, Tirza, em 2020, ainda durante a pandemia, quando se preparava para fazer mais uma entrega.



exatamente no quarto de Tirza. Somente um mês depois, ela conseguiu voltar. A viagem durou 36 horas, já que o aeroporto de Porto Alegre permanecia fechado.

Outro aspecto pós-pandemia que chama atenção de Tirza é o incremento do uso das tecnologias digitais e telas no cotidiano. “A vida mudou muito em relação às questões virtuais, e isso fala muito das várias formas de precarização. Na educação e no trabalho”, analisa. Para a ex-entregadora, a precarização evidente dos vínculos de trabalho da categoria, durante a pandemia, se estendeu para outras ocupações — às vezes disfarçada de “home office”.

Por outro lado, defende Tirza, as relações pessoais e sociais não perderam o seu lugar e a sua força na vida das pessoas, inclusive na sua. “A partir do momento em que pude sair e fazer as coisas, eu agarrei com toda a força do mundo. Realmente fiquei isolada depois que parei com as entregas”, explica. Para ela, o reencontro com as pessoas significou o restabelecimento de sua saúde mental.

A ativista considera que a pandemia também interferiu no modo com que lida com as questões políticas. Ela lamenta não ter conseguido retomar a militância partidária, mesmo entendendo que a

atividade acadêmica também tem sua natureza política. “Talvez seja temporário”, pondera. Mas comemora a retomada do controle sobre sua saúde mental. “Hoje eu tenho rotina, criei novos amigos, novas relações, uma perspectiva de trabalho”.

O trabalho a que se refere (e para o qual se prepara) é a docência universitária, lugar que, considera, será ideal para seguir adiante com o que sempre acreditou: “É algo que levo comigo para sempre. Nada, em nenhum processo que faço, é solitário ou individual. Não consigo viver nem quero viver sozinha”. Uma imagem da pandemia vem à cabeça e ela faz questão de descrever: “Eu me aproximei dos vizinhos conversando com eles pela janela, algo que a gente não fazia antes da pandemia. Hoje, eles vêm à minha casa”, conta.

Tirza reforça, por último, o modo como a experiência pandêmica mudou o seu olhar para aqueles que ainda hoje cruzam a cidade sobre rodas, com uma mochila nas costas, levando produtos para as pessoas. Para eles, a universitária entrega, para além da educação, a empatia. E para além da gorjeta, a acolhida. “Eles estão sempre na correria e muitas vezes estranham a abordagem, mas eu sei a importância de um sincero muito obrigada”.

A VIDA (BEM) DIRIGIDA

Victor Hugo Nunes, condutor de ambulância

Marabá (PA)

Ao primeiro olhar, pode parecer que a rotina de Victor Hugo de Sousa Nunes pouco mudou nestes cinco anos após a pandemia de covid-19. Ele continua trabalhando como condutor de ambulância em Mojuí dos Campos, município que fica a 35 quilômetros de Santarém (PA), onde mora. Naquele período, foi ele que conduziu até o hospital um casal de idosos, que acabaram se tornando as primeiras vítimas do novo coronavírus no pequeno município de pouco mais de 16 mil habitantes, no Oeste do Pará, como retratou a reportagem de *Radis*, em setembro de 2021 (*Radis* 228).

Desde então, um dia sim, outro não, ele acorda cedo, sobe em sua moto, percorre o trajeto entre as duas cidades e espera os primeiros chamados do dia. Hoje, sem mais precisar carregar consigo a autorização da Polícia Rodoviária Federal que o identificava como um trabalhador de saúde em serviço e o autorizava a circular pelas estradas, no período de distanciamento social. E sem o medo de se contaminar com um vírus que avançava com a velocidade maior que sua moto

poderia imprimir nas estradas com pouco movimento.

Deste período, a memória mais marcante é exatamente a de cidades e estradas vazias, diz Victor, em mais uma conversa com *Radis*. Um cenário tão marcante quanto a sensação de insegurança e a apreensão de se infectar e transmitir para os parentes, comum naquela época. Ele optou, enquanto durou a pandemia, por dividir uma casa com o irmão e evitou visitar a mãe e a avó, com o intuito de protegê-las.

Hoje, a mãe voltou a morar com os filhos. E quando foi que a vida voltou a ser o que era? “Normal, normal, nunca voltou a ser, né?” Ele pondera que depois da vacina as coisas foram melhorando, mas ainda guarda na lembrança as quatro vezes em que testou positivo para covid-19. “Não tive nada grave porque estava vacinado”, ressalta.

O cenário ao seu redor, naquela época, não era dos mais seguros. Servidor público de Mojuí dos Campos, ele era responsável por trazer, do posto de saúde da cidade ao hospital de campanha instalado



Victor ficou sensibilizado com as demonstrações de solidariedade durante a pandemia

em Santarém, pessoas com dessaturação de oxigênio (ou seja, com níveis de oxigênio no sangue abaixo de 90%). A maioria dos transportados eram pessoas com a saúde mais frágil, como idosos e pessoas com diabetes e hipertensão. Eram, quase sempre, três, quatro viagens por dia, conta Victor. “Quase todos os dias, eu levava alguém pela última vez”, recorda. Felizmente, ressalta, ele não perdeu ninguém próximo.

No meio do turbilhão, o motorista ainda teve que lidar com um contratempo: um acidente de moto o fez ficar 15 dias afastado do trabalho, em maio de 2021. Enquanto se recuperava da luxação no ombro e da clavícula trincada, ele teve que dar uma pausa na condução da ambulância para dirigir um carro de apoio que levava profissionais de saúde aos bairros mais distantes — para conduzir a ambulância, era preciso estar apto para carregar um paciente ou prestar um socorro mais direto à vítima, como contou à *Radis* na época.

CORRIDA E FUTEBOL

De lá para cá, ele recuperou hábitos que ficaram de lado durante aquele período. As corridas pelas ruas de Santarém, o futebol com os amigos. “Eu só voltei a correr em 2024, está me ajudando a perder uns quilos”, brinca, revelando que vez ou outra ainda sofre com os efeitos do sedentarismo — ou da própria covid, não sabe dizer: Falta de ar, dor nas costas, esquecimentos breves de coisas simples do cotidiano, como nomes de pessoas e objetos.

Outra coisa que recuperou foram as poucas saídas noturnas, paralisadas por conta dos riscos e a obrigatoriedade do lockdown. “Mas não com a mesma frequência”, acentua. Circular pelas ruas da cidade e poder visitar as pessoas são coisas simples, mas que se tornam importantes quando a pessoa se vê privada delas, destaca. O uso de máscaras no ambiente de trabalho, também quando está doente, foi algo que permaneceu, sinalizando a preocupação em higienizar as mãos, seja com água e sabão, seja com álcool em gel. Isso sem falar em qualquer suspeita de covid-19, que já o leva a fazer uma testagem.

Victor revela que é uma pessoa de hábitos simples e se considera caseiro: “Meu lazer é em casa”, diz, brincando que não sabe quantas vezes assistiu à série

Game of Thrones, de 2020 até aqui, e que no momento se distrai assistindo a sua continuação, Casa do Dragão. Isso quando está de folga, o que é raro. Com o fim da pandemia, ele aproveita os dias em que está em casa para complementar a renda com outro trabalho, de entregador de um restaurante em Mojuí.

Estes são alguns dos aprendizados que o período de enfrentamento da covid-19 deixou na vida de Victor. Ele conta ainda que também ficou muito sensibilizado com as demonstrações de solidariedade que presenciou — ou de que foi destinatário, naquele período. “Foi um momento muito difícil para todos. No início, ninguém sabia o que era covid, como a doença era transmitida, como era possível se proteger. Mesmo assim, o ser humano estava disposto a ajudar o próximo”, avalia. Também houve situações de preconceito, registra, mas no geral considera que as pessoas estavam mais dispostas a se ajudarem.

Talvez tudo isso deixe os profissionais de saúde mais preparados para uma ameaça futura similar, acredita. “A gente que trabalha na saúde acha que está preparado para tudo, mas sempre há algo que pode nos surpreender”, analisa o condutor, destacando que havia muitos desafios e dúvidas quando tudo começou, mas que mesmo assim foi possível enfrentar.

Ele aponta, ainda, uma questão que o surpreendeu, relacionada aos preconceitos dos quais podem ser vítimas as pessoas doentes, quando não se sabe exatamente qual é a origem da doença e o modo como se transmite. Isso é algo que pode ser complicado, no futuro, caso haja uma nova pandemia. “Até se saber o que é e como tratar, é preciso ter cuidado para não discriminar”, diz.

Outro efeito pós-pandemia que ele considera importante é relacionado às vacinas. “As pessoas estão tomando menos vacina hoje, não só de covid, né? Outras vacinas também”, registra. Victor observa que se criou “um mito” que diz que as vacinas fazem mal e que favorecem o aparecimento (e o aumento) de doenças. “É muita desinformação”, avalia, lembrando que muita gente (inclusive ele) foi salva de morrer de covid-19 porque estava vacinada. “Eu mesmo tomei todas as doses de vacina e de reforço”, assegura. 

A MEMÓRIA DA PANDEMIA EM IMAGENS

O olhar do fotógrafo Peter Illiciev registrou momentos marcantes publicados em *Radis*

ADRIANO DE LAVOR

Poucas pessoas testemunharam tantos momentos contundentes da pandemia de covid-19 como o carioca Peter Illiciev. Fotógrafo da Fiocruz, com longo histórico de coberturas jornalísticas, são dele os registros de momentos marcantes do período [Alguns ilustram esta edição], como a rotina dos trabalhadores que atuaram na linha de frente do combate ao vírus na instituição, a transferência de pacientes para o Centro Hospitalar para a Pandemia de Covid-19 do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) e a aplicação das primeiras vacinas no país.

Um período de muito trabalho, lembra o fotógrafo, que atua na instituição há 27 anos. Acostumado a grandes coberturas de saúde e a expedições científicas, como acompanhar a atuação da Fiocruz na Antártida, Peter destaca a pandemia de covid-19 como um momento no mínimo desafiador em sua carreira. Em conversa com *Radis*, com quem colaborou ativamente no período, ele rememora um pouco de como foram aqueles dias, quando a maioria das pessoas estava em casa: “Eu vinha trabalhar com orgulho de saber que as pessoas acreditavam no meu trabalho, que meu trabalho era muito importante porque registrava um momento histórico. Ainda mais na Fiocruz, que estava na linha de frente. Isso me marcou muito”, revela.

O ritmo de trabalho era intenso, já no primeiro ano de pandemia (2020). Peter revela que “a ficha caiu” quando soube da morte de um amigo, o roteirista Adolfo Paiva, com quem estava produzindo um documentário sobre os entregadores durante a pandemia. Não poder ir ao enterro do amigo ficou marcado em sua memória. Com a falta dele, o projeto não vingou. Depois de Adolfo, pelo menos cinco fotógrafos se foram. “Foi aí que eu percebi que a coisa era séria, mas não deixei de ir às ruas”, explica.

O olhar experiente do profissional de imagens — que também está à frente da Agência Enquadrar — recusava-se a registrar apenas os movimentos institucionais de combate ao vírus. Morador de Copacabana, no Rio de Janeiro, ele passou a registrar também as ruas do bairro, a rotina dos profissionais que não podiam permanecer em casa, a resistência

dos negacionistas, o movimento das pessoas que viviam em situação de rua.

“Eu pensava: sou fotógrafo e a minha função é contar a história. Eu não posso ficar dentro de casa com uma pandemia lá fora”. Ele conta que mesmo saindo com todos os equipamentos de proteção, ele sabia os riscos que corria. “Eu sabia que podia me contaminar e que poderia ser sério, principalmente antes da chegada da vacina”, conta, revelando que teve covid duas vezes.

Foi em uma destas saídas que ele registrou um momento icônico, que inspirou a reportagem de capa da *Radis* 212 (maio de 2020). Caminhando pela avenida Atlântica, cartão postal de Copacabana, vazio naquele momento, ele avistou a cena: No mesmo prédio, em um andar, uma mulher se exercitava na esteira; em outro, uma empregada doméstica limpava a vidraça de um apartamento. A contradição estampada na imagem foi a ilustração perfeita para a reportagem, que narra como as medidas contra a covid-19 esbarravam na realidade marcada por desigualdades sociais e na ausência de direitos básicos, como moradia, emprego e saúde.

A partir daí, muitas outras parcerias aconteceram entre Peter e *Radis*, sempre pautadas pela defesa das respostas da ciência às ameaças e pelo respeito aos direitos das pessoas durante a pandemia. Foi assim quando cedeu imagens de entregadores de aplicativo nas ruas do Rio (*Radis* 215), quando fotografou a pneumologista Margareth Dalcomo (*Radis* 221) para uma grande entrevista, e quando registrou a primeira vacina aplicada na Fiocruz (*Radis* 221). “Foi um período muito intenso. Parecia que estávamos vivendo um filme”.

Mesmo correndo riscos, Peter não se recusava a atender um chamado de trabalho. “Gosto muito do que eu faço, então não tinha como recusar”, explica. Além de tudo, revela, ele tem muito orgulho do trabalho que realiza com a Fiocruz, e da oportunidade de ter sido testemunha ocular da história. E, olhando para trás, além do medo de que algo semelhante volte a acontecer, ele espera que os registros possam contribuir para que a vida siga adiante e a memória dos que se foram permaneça — como suas fotografias. **📷**



MEIA DÉCADA SEM JUSTIÇA E REPARAÇÃO

Brasil ainda espera responsabilização de autoridades por gestão desastrosa da pandemia e assistência aos familiares de vítimas da covid-19

JESUAN XAVIER

Passados cinco anos da primeira infecção pela covid no Brasil, o país atingiu em fevereiro de 2025 a marca de 714 mil mortos pelo vírus, segundo dados do Ministério da Saúde. Desses, 700 mil ainda nos três primeiros anos — ou seja, a grande maioria por não ter sido vacinada ou ter recebido a vacina tardiamente.

Uma estimativa feita pelo epidemiologista Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em junho de 2021, apontou que cerca de 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas no Brasil, caso a política do governo de então não tivesse atrasado a chegada da vacina e atrapalhado a campanha de vacinação, com a disseminação de notícias falsas, as chamadas “fake news” (*Radis* 226). Na época, o Brasil contava com 508 mil mortes — o que significa dizer que quatro a cada cinco vidas perdidas poderiam ter sido salvas. [Leia matéria sobre a memória da pandemia na página 28].

Em busca de responsabilização e justiça, pelo menos duas grandes associações foram criadas na época: a Vida e Justiça e a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico). Nascidas em 2021, a partir de um clamor social, para assistir e apoiar milhares de pessoas que estavam totalmente sem rumo, ambas se tornaram porta-vozes de famílias vitimadas pelas perdas de seus entes queridos.

Passado todo esse tempo, *Radis* procurou saber como está essa luta. Houve avanços concretos na ajuda aos familiares e aos órfãos das vítimas, e àqueles que tiveram sequelas da doença, a chamada covid longa? Alguém ainda responde pelo crime de omissão? As autoridades foram responsabilizadas? A memória dos que sofreram está sendo devidamente resguardada?

Em busca dessas respostas, ouvimos Paola Falceta, vice-presidente da Avico, e Rosângela Dornelles, coordenadora geral da Vida e Justiça. A primeira já havia concedido uma entrevista emocionante à repórter Liseane Morosini em 2023 (*Radis* 249).

Na ocasião, ela contou que a perda da mãe, Dona Itabira, vítima da covid-19, foi sua principal motivação para iniciar a luta por reparação e justiça. Ela testemunhou e sofreu de perto a dura “escolha de Sofia”, em que pela falta de recursos e leitos os médicos tinham que decidir quem viveria e quem seria deixado à própria sorte. Aos 81 anos, sua mãe foi preferida no acesso a respiradores, kit de intubação e vagas na UTI, caso precisasse, por pessoas mais jovens. Ela veio a falecer no dia 2 de março de 2021, no Hospital Conceição, em Porto Alegre. “Quando fundamos a Avico, estávamos preparados para uma década de luta, isso era nossa expectativa. Sabíamos que seria muito difícil, mas não tinha ideia que em cinco anos a gente iria caminhar tão pouco”, lamenta.

Paola confirma que desde a posse do presidente Lula o canal de diálogo com a associação foi realmente aberto, “mas não avança”, diz. “Conversamos diretamente, mas quase nada anda pra frente. De concreto, não vemos ações para reparar e responsabilizar os envolvidos na pandemia. Milhares de famílias ainda sofrem pela perda de seus entes, sem qualquer tipo de assistência do Estado. As conquistas foram mínimas, ainda que tenhamos atualmente no governo federal uma gestão progressista”.

Dentre essas poucas vitórias, Paola ressalta a participação na 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), onde atuou como delegada pela Avico. “Todas as nossas diretrizes propostas na Conferência foram acatadas e aprovadas. Mas, na prática, não temos nada. Não há qualquer política pública de assistência para os familiares das vítimas da covid-19, nem tampouco uma política de saúde mental”.

A dirigente da Avico lembra ainda que se discutiu muito o apoio aos órfãos da covid — milhares de crianças e adolescentes que perderam seus pais ou provedores durante a pandemia —, mas que até hoje nenhuma das esferas de governo levou adiante um plano de ajuda econômica para



Enterros sem velório, despedida com caixão fechado: a pandemia alterou até mesmo a maneira de se velar os mortos.

essas pessoas. De acordo com levantamento da Fiocruz, nos dois primeiros anos da pandemia, quase 41 mil crianças e adolescentes perderam suas mães por covid-19 no Brasil.

“ Fizemos inúmeras discussões no Legislativo, Executivo e Judiciário. E cadê as diretrizes para os estados? Não temos uma política nacional de apoio aos órfãos da covid, assim como não temos para os sobreviventes, aqueles que amargam as sequelas do vírus”, critica.

CPI APONTOU CRIMES, MAS NÃO HOUE PUNIÇÕES

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), aprovado em 26 de outubro de 2021 no Senado, recomendou o indiciamento do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, além de outras 79 pessoas por crimes contra a saúde pública durante todo o período da pandemia de covid-19.

O documento sugeriu possíveis dez delitos, entre eles crimes de responsabilidade e contra a humanidade. Foram seis meses de investigação, após requerimento do senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), que juntou dezenas de petições apresentadas por outros parlamentares, partidos políticos e entidades sociais, todas apontando uma série de delitos, desde atrasos injustificados na aquisição de vacinas à acusação de uma estrutura organizada no governo para a disseminação de notícias falsas (fake news).

Apesar da conclusão, não houve avanços nas investigações e muito menos nas responsabilizações dos crimes cometidos. O relatório foi encaminhado à Procuradoria Geral

da República (PGR), órgão competente para investigar o presidente e os ministros. “Em termos de justiça, reparação e responsabilização, até agora nada. Nenhuma das denúncias contra a gestão Bolsonaro foi aceita pela PGR na época”, comenta Paola.

NOVA DENÚNCIA À PGR

Segundo Paola, a Avico move, junto a outras entidades da sociedade civil e o Ministério Público Federal (MPF), um processo contra a União buscando indenização às vítimas da covid-19 e seus familiares. “Essa ação prevê também um fundo para políticas públicas no enfrentamento de possíveis novas crises sanitárias”, afirma.

Paola disse também que, em outubro de 2024, o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Avico e a Vida e Justiça se juntaram para fazer nova denúncia à PGR. “Como mudou a gestão e houve a troca do procurador [Augusto Aras deixou o cargo em setembro 2023, sendo substituído por Paulo Gonet], esses dois conselhos de controle social e as duas associações das vítimas resolveram apresentar nova denúncia. Solicitamos que a PGR dê continuidade aos trabalhos realizados pelos senadores e investigue se houve negligência e responsabilidade por parte do governo por milhares de mortes evitáveis. Vamos acompanhar de perto o andamento desse processo”, conta.

A médica Rosângela Dornelles, coordenadora geral da Associação Vida e Justiça, disse que a expectativa é de que, com esta iniciativa dos conselhos nacionais, cesse a omissão



Luta contra o negacionismo: ao lado de uma ilustração de Oswaldo Cruz com uma vacina, a então presidente da Fiocruz, Nisia Trindade, conversa com o ex-ministro da saúde de Bolsonaro, Eduardo Pazuello, em visita à fundação em 2020

PETER ILLICIEV

dos órgãos e controles federais. “Esperamos que o relatório final da CPI da pandemia, que juntou e comprovou inúmeros crimes à época, seja realmente apreciado, tanto pela PGR como pelo STF. Nossa luta é pela responsabilização daqueles que conduziram a política catastrófica na gestão da covid-19”.

Entre as acusações apresentadas nessa nova denúncia à PGR, estão: omissão no fornecimento de vacinas, promoção de tratamentos sem eficácia comprovada e desinformação deliberada sobre a gravidade do vírus. “Tais condutas resultaram em um número maior de mortes e em um colapso do sistema de saúde que poderia ter sido minimizado”, diz a coordenadora da Vida e Justiça.

CORTE INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Mesmo com a reapresentação de uma nova denúncia à PGR e com a expectativa de que dessa vez o processo terá um andamento totalmente diferente do anterior, quando o então

procurador Augusto Aras arquivou, ainda em 2022, o pedido de investigação — por entender que não havia indícios suficientes sobre as responsabilidades do governo federal no período da pandemia —, as duas principais associações em defesa dos familiares e vítimas da covid 19 articulam encaminhar uma ação à Corte Internacional de Direitos Humanos.

Avico e Vida e Justiça fazem reuniões periódicas com seus departamentos jurídicos e discutem também em conjunto, com outras entidades civis, apresentar um processo fora do território nacional. “Talvez a judicialização internacional seja a única solução. Estamos caminhando para isso. Provavelmente vamos entrar com uma denúncia na Corte Internacional de Direitos Humanos”, diz Paola.

Rosângela ressalta que, enquanto os responsáveis pela trágica gestão da pandemia no Brasil não forem responsabilizados e punidos, e não houver a devida reparação às vítimas e seus familiares, “o Estado democrático de direito não estará plenamente restabelecido”.

MINISTROS NA PANDEMIA

1



Luiz Henrique Mandetta

1 DE JANEIRO | 2019
a 16 DE ABRIL | 2020

Defensor das medidas de isolamento social e das orientações da OMS. Permaneceu no cargo pouco tempo após o início da pandemia.

2



Nelson Teich

16 DE ABRIL | 2020
a 15 DE MAIO | 2020

Não ficou nem um mês no cargo. Chegou a propor lockdown (confinamento total) para cidades com maior taxa de transmissão do coronavírus. Discordou do ex-presidente Bolsonaro sobre o uso da cloroquina como medicamento para a covid-19.

(FOTOS: MARCELLO CASAL JR/ MARCELO CAMARGO/ FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL)

PELA MEMÓRIA DAS VÍTIMAS

Se há um consenso de que pouco ou nada se avançou na questão de responsabilização dos agentes protagonistas da tragédia sanitária que resultou na morte de milhares de pessoas durante a pandemia de covid-19, e tampouco na reparação e assistência aos familiares das vítimas do vírus, há algumas iniciativas quando se fala em resguardar a memória daqueles que se foram.

Tanto a dirigente da Avico quanto da Vida e Justiça consideram que nessa linha existem movimentos interessantes acontecendo. “A luta pela memória continua e está mais viva do que nunca. Recentemente, tivemos a promessa do Memorial da Pandemia”, ressalta Paola.

No dia 20 de dezembro de 2024, os ministérios da Saúde e da Cultura assinaram acordo de cooperação para a criação do Memorial Covid-19 — um espaço destinado à memória e reflexão sobre causas, consequências, enfrentamento e superação desse grave acontecimento, na perspectiva de se estabelecer novos parâmetros e protocolos científicos de atuação do Estado brasileiro em situações de risco sanitário similar.

Também em 2024, a Fiocruz lançou concurso nacional para a apresentação de um projeto arquitetônico e paisagístico do futuro memorial que será construído dentro da Fundação. Paulo José Tripoloni, Pablo Mora Paludo, Gabriel Costa Dantas e Fernanda Macedo Haddad tiveram a proposta escolhida, prevendo a criação de uma praça na sede do campus Manguinhos, no Rio de Janeiro.

Em 10 de dezembro de 2024, Dia Internacional dos Direitos Humanos, Paola participou da inauguração do “Jardim Sentinela”, um memorial físico e virtual da Universidade de Brasília (UnB) em homenagem às vítimas da covid-19. “São iniciativas pontuais, mas também muito importantes”, declara Paola.

Rosângela lembra que o direito à memória é uma das principais bandeiras e missões da Vida e Justiça. “Defendemos o direito à memória, à verdade, à vida e à justiça para as famílias atingidas diretamente pela covid-19, sempre na defesa da necessidade de manter viva a memória dos acontecimentos durante a pandemia e o reconhecimento das suas consequências sociais, econômicas e culturais”, ressalta. Segundo ela, a Vida e Justiça, desde sua fundação, trabalha na produção da memória. “Estivemos, junto ao Ministério da Saúde, na organização do Seminário para Concepção do Memorial, em março de 2024”.

Ambas lembraram o dia 12 de março como a data oficial para homenagear as brasileiras e brasileiros que perderam suas vidas por causa do coronavírus. A criação de um Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid 19, aprovado pela Câmara dos Deputados em 2023, foi uma das reivindicações e bandeiras das duas associações.

Rosângela enfatiza também a importância do movimento para garantir a participação social nos fóruns pertinentes. Ela destaca que a Vida e Justiça passou a compor a nova gestão do Conselho Nacional de Saúde em dezembro de 2024. “A presença da sociedade civil no CNS é essencial para que o SUS continue a ser um modelo de saúde pública universal, gratuita e de qualidade”, afirma. Segundo ela, as entidades civis desempenham um papel crucial na fiscalização, no monitoramento das políticas de saúde e na garantia de que os direitos dos cidadãos sejam respeitados.

“Com a sua representação, a Associação Vida e Justiça reforça o compromisso com a defesa do SUS e com a luta por uma saúde pública cada vez mais inclusiva e acessível, especialmente para as populações mais vulneráveis. E ainda nos mantemos na Frente pela Vida, que conquistou representação no Conselho de Participação Social do atual governo”, conclui. 

3



Eduardo Pazuello

**15 DE MAIO | 2020
a 15 DE MARÇO | 2021**

Recomendou o uso da cloroquina como protocolo de tratamento para covid-19. Foi acusado de negligenciar a compra de vacinas e de omissão na crise sanitária do Amazonas.

VÍTIMAS: deixou o governo com cerca de 300 mil mortos pelo vírus.

4



Marcelo Queiroga

**23 DE MARÇO | 2021 a
31 DE DEZEMBRO | 2022**

Foi um técnico bolsonarista, como ele mesmo se definiu. Tentou equilibrar sua administração entre recomendações científicas e as opiniões de Bolsonaro.

VÍTIMAS: sua gestão termina com quase 700 mil mortos pela covid-19.

COMO A COVID-19 IMPACTOU A SAÚDE GLOBAL?

Cooperação internacional ajudou a superar a crise, mas ataques ao multilateralismo, agravamento das desigualdades e descrédito com a ciência preocupam

GLAUBER TIBURTINO

“A covid-19 teve um impacto terrível na vida humana, com consequências massivas para a saúde e o bem-estar, além de consequências econômicas e sociais devastadoras, particularmente para pessoas em situações de vulnerabilidade e marginalização”. A afirmação de Paulo Buss, ex-presidente da Fundação Oswaldo Cruz e coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), em texto publicado no site do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (12/2), dimensiona os efeitos de uma pandemia que ceifou aproximadamente 20 milhões de vidas em todo o mundo e aprofundou desigualdades nos últimos cinco anos.

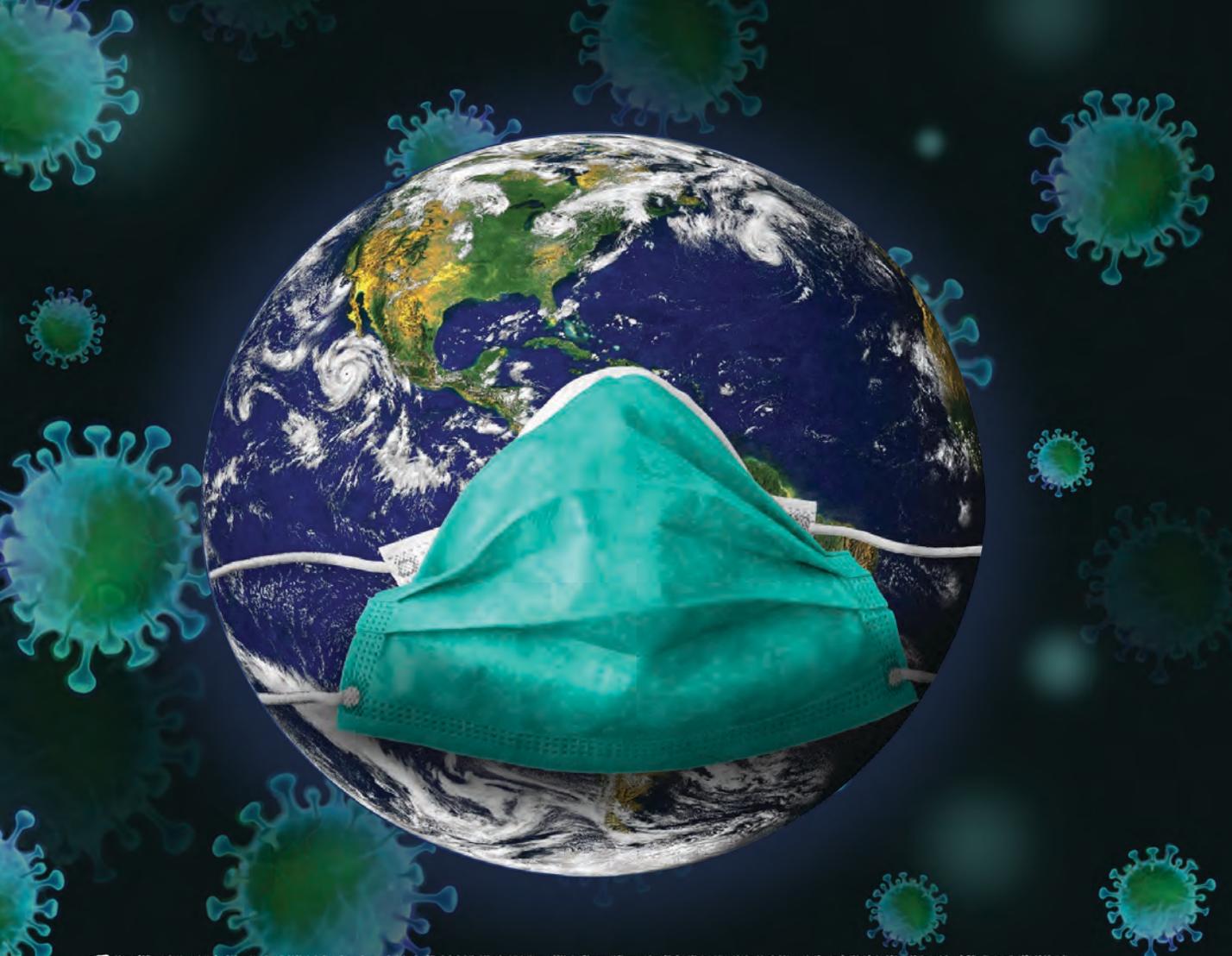
E hoje? Podemos considerar que estamos mais preparados para enfrentar uma nova pandemia? O que dizem e como têm se mobilizado as autoridades sanitárias e instâncias globais de negociação? Que marcas ficaram de um período que, além das mortes, sequelas, medos e incertezas, é lembrado também por tensões e polarizações?

Em entrevista à *Radis*, Leonardo Castro, doutor em antropologia, pesquisador e coordenador-executivo do Projeto Saúde Amanhã (Fiocruz), classificou a covid-19 como “a primeira grande epidemia da globalização” — além de ser a pior crise sanitária vivenciada pela

humanidade em cem anos, desde a gripe espanhola (1918-1919): “Enquanto o vírus da gripe espanhola viajava de navio, os vírus atuais viajam de avião”, observou.

Ao passo em que nos últimos cinco anos a ciência se uniu e, de forma colaborativa, avançou décadas em poucos meses para obtenção do sequenciamento genético do vírus SARS-CoV-2, desenvolvimento de kit diagnóstico, transferência de tecnologia e produção de vacinas, o ceticismo intencionalmente fabricado por lideranças políticas mundiais da extrema direita e setores conservadores da sociedade pôs em xeque a eficácia e, principalmente, a segurança dos imunizantes, que logo após entrarem em cena frearam abruptamente os desfechos letais da covid-19.

Os discursos e práticas negacionistas abriram uma ferida social difícil de ser cicatrizada, no período que sucedeu o fatídico 11 de março de 2020, data em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que vivíamos uma pandemia. O fomento à desinformação gera falsas controvérsias científicas e, mesmo que desmentidas, causam estragos difíceis de serem revertidos. Entre eles, morte e adoecimento evitáveis, autoridades sanitárias desacreditadas e populações confusas, conforme alegou a professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) Deisy Ventura, em artigo publicado no *Jornal da USP* (21/1).



A dependência histórica do protagonismo de países do Hemisfério Norte também acendeu um alerta sobre a necessidade de reforço das instâncias multilaterais e da cooperação internacional. O mundo se viu vulnerável diante de novas ameaças sanitárias e passou a buscar soluções mais equânimes. Ou pelo menos, deveria. Uma dessas tentativas foi a proposição do Acordo sobre Pandemias, instrumento que está em discussão há quase três anos, acumula seguidos atrasos e ainda não se consolidou.

Mas o que de fato ficou dessa experiência para a saúde global? O que aprendemos e deixamos de aprender com a covid-19? Como a crise do multilateralismo, agravada e exposta com as primeiras medidas do novo governo Trump nos Estados Unidos (*Radis* 269), como o anúncio da retirada do país da OMS, pode afetar nossa capacidade de reação frente a novas emergências pandêmicas? Em busca dessas respostas, *Radis* consultou documentos, ouviu especialistas e assistiu a um webinar sobre a agenda global da saúde em 2025.

COMO ESTAMOS NOS PREPARANDO PARA NOVAS PANDEMIAS?

Em dezembro de 2021, durante sessão extraordinária da Assembleia Mundial da Saúde, os 194 países-membros da OMS anunciaram a criação de um órgão

intergovernamental para redigir e negociar uma convenção internacional sobre as pandemias. O objetivo seria reforçar a prevenção, a preparação e a resposta em caso de novas emergências sanitárias de impacto global. Após o anúncio, as tratativas foram iniciadas em 2022 e o acordo deveria ser apresentado dois anos depois, o que não ocorreu. A expectativa é de que, na Assembleia de maio de 2025, o documento tenha avançado.

Deisy Ventura é uma das coordenadoras de um grupo de trabalho que acompanha a construção do Acordo sobre Pandemias e do Regulamento Sanitário Internacional — outro processo de negociação, que abarca a propagação de qualquer doença ou ameaça que possa ser considerada uma emergência internacional de saúde, inclusive o bioterrorismo [saiba mais em: <https://saudeglobal.org/>].

Ela lamentou os adiamentos em relação ao instrumento voltado às pandemias e demonstrou preocupação quanto à viabilidade concreta de um consenso entre os articuladores do documento em 2025, em fala no seminário avançado do Cris/Fiocruz, com o tema: Governança e Agenda da Saúde Global 2025, realizado em formato online, em 10/2.

“Aprendemos muito com essa experiência [da covid-19] e esperávamos que esse acordo sobre pandemia, com a participação das comunidades envolvidas, trouxesse

para dentro dos compromissos internacionais formas inovadoras de responder de modo mais eficaz às pandemias, que olhasse para os profissionais de saúde, o financiamento, a equidade e tantas outras coisas”, disse.

QUE FUTURO SANITÁRIO ESTAMOS PACTUANDO?

Na contramão desse pretendido avanço, um fato recente que também envolve líderes mundiais chamou a atenção das autoridades sanitárias: a ausência de menção à pandemia de covid-19 no recém-lançado Pacto pelo Futuro, um documento internacional, com 56 ações e 2 anexos, elaborado em setembro de 2024, durante a 79ª Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York (EUA).

As propostas contidas no documento são reconhecidamente importantes para revitalizar o tema do desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030, mas o apagamento de um assunto tão impactante e que pode ser revivido a qualquer momento foi comentado por atores sociais que acompanham a agenda internacional da saúde, como Paulo Buss, para quem “o mundo não mudou sequer um milímetro do que fez eclodir a pandemia de 2020”.

Na avaliação do professor emérito da Fiocruz, os membros das Nações Unidas ignoram os ensinamentos da covid-19. “Uma nova pandemia deve chegar dentro em pouco e os líderes mundiais pactuaram compromissos para o futuro esquecendo as lições concretas do passado muito recente e das imensas ameaças que os cientistas apontam sobre um futuro pandêmico que está aí na linha do horizonte global”, declarou à reportagem.

No texto publicado no site do CEE/Fiocruz e na primeira edição do Caderno do Cris em 2025, o sanitarista ratificou seu descontentamento com essa e outras lacunas: “O documento deixa de mencionar diversos elementos críticos da realidade política, social, econômica e ambiental vigente. Por exemplo, a maior tragédia sanitária dos últimos cem anos, a pandemia de covid-19, que deixou cerca de 20 milhões de mortos, dezenas de milhares de sequelados e tremendas repercussões sociais e econômicas das quais o mundo ainda não se recuperou”, protestou.

Paulo observou ainda que nem mesmo a saúde foi incluída no documento: só pelos efeitos da pandemia, o tema já merecia um capítulo à parte. “Nenhum compromisso quanto a uma quase certa nova pandemia, no futuro próximo. É como se a covid-19 sequer tivesse ocorrido e tivesse se esvanecido na memória coletiva. Até que venha a próxima pandemia e, de novo, pegue todo mundo desprevenido”, pontuou.

Para Leonardo, a omissão com relação às pandemias, no Pacto pelo Futuro, vai além de um mero esquecimento e reflete um contexto de disputas políticas. “Eu ousaria dizer que a extrema direita global tem um

projeto revolucionário de poder, que passa pela destruição dessas instituições multilaterais, pela retomada dos nacionalismos e fechamento de fronteiras”. Segundo ele, trata-se de um movimento mais amplo do que a questão em si das pandemias. “É um descompromisso com relação à ideia de que haja um futuro comum para a humanidade”, opinou.

O QUE APRENDEMOS COM A COVID-19?

O pesquisador do Saúde Amanhã voltou a comparar a infecção pelo SARS-CoV-2 com a gripe espanhola para elogiar a agilidade com que o vírus da covid-19 foi identificado e que os testes começaram a ser produzidos: “O vírus da gripe espanhola (H1N1) só foi identificado muitas décadas depois, enquanto no caso da covid, em poucos meses o DNA do vírus já havia sido mapeado, já estava se produzindo testes diagnósticos e desenvolvendo vacinas com um nível de eficácia bastante expressivo”. Ele destacou a cooperação científica entre diferentes países como fator determinante para que o número de mortes não fosse ainda maior.

Leonardo citou ainda a aplicação de uma tecnologia inovadora para produção de imunizantes, com as vacinas de RNA mensageiro [feitas a partir de um material sintético que corresponde a uma proteína do agente



infeccioso]. “Um novo paradigma para a produção de vacinas, com um nível de eficácia bastante elevado e com aplicabilidade para outros tipos de vírus”.

Outro legado da pandemia, segundo ele, diz respeito à produção e distribuição de vacinas. Leonardo lembrou que a Divisão de Ciências da OMS vem fazendo um esforço no desenvolvimento de estudos sobre tecnologias emergentes e tendências na área da saúde. E dentre as cinco áreas eleitas como as mais promissoras e importantes a médio prazo, está a de melhorias das tecnologias de produção e distribuição de vacinas. “Essa é uma lição da pandemia que a gente pode dizer que já está compreendida e assimilada”, avaliou.

Questionada por *Radis* sobre esse os aprendizados da pandemia, a pneumologista e pesquisadora da Fiocruz, Margareth Dalcolmo, reconheceu a importância do acesso à comunicação e informação como um determinante da saúde. “Acho que a primeira lição que nós aprendemos é que o Brasil não pode mais ser apanhado tão desprevenido quanto foi para a pandemia da covid-19. Acho que aprendemos com o sofrimento e o custo humano muito elevado que a passagem de informação muito consistente e verdadeira para a população é absolutamente fundamental”, disse, reconhecendo também a necessidade de diálogo com a sociedade.

O QUE A SAÍDA DOS EUA DA OMS REPRESENTA PARA O FUTURO DAS PANDEMIAS?

“Uma das primeiras Ordens Executivas de Donald Trump assinadas no Salão Oval da Casa Branca determinou a saída do país, a suspensão das obrigações financeiras com a organização, a retirada dos EUA das negociações sobre o Tratado Pandêmico e dos compromissos com o Regulamento Sanitário Internacional, e o retorno de todos os funcionários do governo estadunidense cedidos ao sistema OMS”, elencou Paulo Buss, no texto publicado no Caderno do Cris, em fevereiro de 2025.

Na mesma publicação, o sanitarista manifestou sua preocupação ao afirmar que “a saúde global será profundamente afetada por essas medidas, assim como por outras que impactam os determinantes sociais, ambientais, econômicos e políticos da saúde”.

Para além dessas consequências, é inegável que a saída de um membro com o peso dos EUA da OMS — que sozinho responde por quase um quarto do seu financiamento (22%) — impacta nas ações e no próprio futuro da organização. E ao pensarmos sobre a possibilidade de novas pandemias no horizonte, uma OMS enfraquecida pode tornar o cenário ainda mais incerto e devastador. Paralelamente, o vazio deixado pelos Estados Unidos pode abrir espaço para a ascensão de novas lideranças. É a máxima do ideograma chinês para crise, que reúne os símbolos de ameaça e oportunidade. Afinal, que rumo o mundo dará a essa crise?

“É claro que há uma perspectiva, talvez, de crescimento do Sul global”, opinou Luis Eugênio, que entende ser possível que países do Hemisfério Sul eventualmente aumentem a participação no financiamento e, consequentemente, a influência sobre o órgão. Ele também ponderou que a fragilização da OMS representa o enfraquecimento da cooperação internacional.

Para Deisy, existe uma dúvida se a cadeira dos Estados Unidos de fato ficará vazia ou “incômoda”. “Na linguagem do Direito Internacional, a gente sempre fala em cadeira vazia ou cadeira incômoda. Estávamos em dúvida se os Estados Unidos iam mesmo sair ou ficar, incomodar e tentar obstruir [os acordos]”, explicou.

“Há um sentimento do tipo: ‘Será que a saída dos Estados Unidos vai desbloquear essas negociações, vai facilitar os consensos, vai adoçar um pouco os Estados mais firmes ou ela vai criar dificuldades?’”. Por enquanto não é possível prever. “Um momento horrível para falar qualquer coisa sobre conjuntura”, analisou Leonardo.



BENJAMIN BARBANTI

Ela destacou ainda a contribuição científica de pesquisadores brasileiros ao mundo durante a pandemia, apesar das dificuldades aqui enfrentadas: “Nós somos o décimo país em publicações muito relevantes, não só em vacinas como na descoberta e na testagem de novos medicamentos para casos graves. Estabelecemos rotinas que mudaram o funcionamento de muitos serviços de hospitalização, de modo que a pandemia da covid-19, como eu disse, a um custo muito alto, nos ensinou muita coisa e eu espero que diante de uma nova ameaça nós estejamos melhor preparados”, advertiu Margareth.

A atuação da sociedade civil no enfrentamento da covid foi outro ganho destacado pelos palestrantes no seminário do Cris/Fiocruz. O diretor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) e ex-presidente da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública, Luis Eugênio Souza, indicou qual seria a efetividade da atuação das organizações da sociedade civil em situações como uma pandemia: “Eu diria que a longo prazo, numa perspectiva histórica, a experiência nos ensina que vale a pena a luta. E o desafio é a gente buscar uma convergência entre os diferentes movimentos sociais”.

“Nós aprendemos que, em muitos países, a resposta da sociedade civil trouxe soluções que os Estados não foram capazes de criar”, concordou Deisy.

QUE DESAFIOS EMERGIRAM?

Passados cinco anos do início da pandemia, Leonardo acredita que a hesitação vacinal provocada pela “epidemia de desinformação” é algo com o qual

precisaremos lidar por mais tempo. Apesar do histórico de referência em vacinação, com o Programa Nacional de Imunizações (PNI), quando as vacinas da covid começaram a ser ofertadas, o Brasil acompanhou a postura controversa dos Estados Unidos e a comunidade científica da saúde teve dificuldade para convencer a população a se vacinar.

O país sofreu com o negacionismo propagado por lideranças como o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores (*Radis* 224). Para Leonardo, as mídias digitais ampliaram a disseminação de boatos e conteúdos falsos e contribuíram com o descrédito e insegurança em relação aos imunizantes e demais medidas de proteção preconizadas por autoridades científicas e sanitárias, em um período em que até mesmo o Ministério da Saúde orientava condutas conflitantes.

“A partir disso, surge um crescente movimento no país, uma luta para qual nós precisaremos atentar, e isso evidentemente está associado a interesses políticos e particularmente de partidos e movimentos de extrema direita no mundo inteiro, que abraçaram essa bandeira antivacina e outros dificultadores, como a promoção de tratamentos ineficazes e campanhas contra o uso de máscaras”, explicou.

Leonardo ressaltou ainda que, em situações graves, como uma pandemia, campanhas de sabotagem e boicote ampliam os riscos à saúde das populações em todo o mundo. Deisy também avaliou a desinformação como um problema que persiste no pós-pandemia. Ela demonstrou preocupação com uma das falas recorrentes de Donald Trump — que presidia os EUA em 2020 — sobre o que ele chama de “restabelecer a verdade biológica”. Uma narrativa usada para questionar

DESCOBERTA DE NOVO CORONAVÍRUS PREOCUPA MENOS QUE H5N1

De acordo com estudo publicado pela revista científica *Cell*, em fevereiro, cientistas do Instituto de Virologia de Wuhan e do Laboratório de Guangzhou detectaram um novo coronavírus, um vírus com características semelhantes ao da covid-19.

O infectologista Alexandre Naime, coordenador científico da Sociedade Brasileira de Infectologia e chefe de Departamento de Infectologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em entrevista à CNN (21/2), lembra que ainda é necessário aprofundar os estudos para descobrir os riscos para seres humanos. “O HKU5-CoV-2 é muito parecido com outro vírus dessa família que causa o resfriado comum. Então ele até pode um dia ser transmitido, por exemplo, para aves de consumo e depois seres humanos, mas talvez ele não cause síndrome respiratória aguda grave”, contextualiza.

Margareth Dalcolmo, pneumologista e pesquisadora da Fiocruz, ressalta a importância da descoberta e do anúncio

rápido pelos chineses. “É um alerta muito importante para o mundo. Os chineses foram muito rápidos nesse alerta, e isso merece ser reconhecido. Um vírus que foi detectado apenas em morcegos até o momento, mas que tem potencial de transmissão para pequenos animais. A vigilância virológica da China já está alerta e nós também estamos atentos.”

Segundo ela, teoricamente é possível que haja transmissão para humanos, mas até o momento o coronavírus não representa risco. O perigo, a seu ver, seria outro: “Eu temo hoje pela H5N1 (influenza aviária), que começa nos Estados Unidos. Nós estamos monitorando, mas não estamos conseguindo dados atualizados de maneira adequada”, relatou durante a abertura do ano letivo da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), no dia 10/3, em referência à política sanitária pouco transparente e de desmontes adotada pelo governo estadunidense. (*Colaborou Jesuan Xavier*)

evidências científicas, especialmente no que se refere a vacinas e pandemias.

“Quando se fala em ‘restabelecer a verdade biológica’, para Trump, seus seguidores e, infelizmente, para diversos cargos atuais de grande importância na área da saúde dos Estados Unidos, nós estamos falando em substituir as evidências científicas por crenças”, alertou Deisy, no seminário. As consequências práticas desse tipo de discurso na pandemia, segundo ela, resultaram em descumprimento de medidas de distanciamento, atuação contra vacinas, combate ao uso de máscaras e outras medidas protetivas, ataques às autoridades sanitárias e descredibilização da saúde pública — o que inevitavelmente colocou as pessoas em risco.

Uma das justificativas para essa conduta de desrespeito às orientações sanitárias seria a percepção distorcida de que negar a pandemia iria favorecer a economia. “O que de fato não acontece, pois todos os estudos sobre a resposta da covid-19 vêm demonstrando que os países que adotaram medidas de contenção da doença recuperaram mais rapidamente a sua economia”, atestou a professora da USP.

O QUE AINDA PRECISAMOS MUDAR?

A adoção de um novo comportamento global em futuras pandemias é imprescindível, avaliou Deisy: “Nós vimos diversos tipos de erros e crimes serem cometidos. Acumulamos uma experiência também de emergências anteriores que não pode ser esquecida”, afirmou.

Para Leonardo, as desigualdades no acesso à vacina e a medicamentos é outro importante entrave a ser superado. “Isso mostra o quanto precisamos avançar no combate às iniquidades de saúde”, ressaltou, ao lembrar da posição privilegiada do Brasil por

possuir laboratórios de ponta, como Bio-Manguinhos (Fiocruz) e Instituto Butantan.

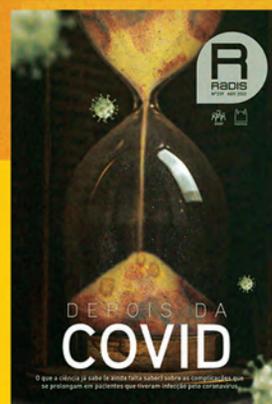
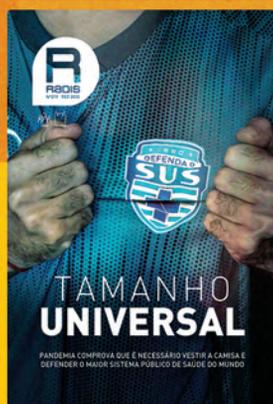
O pesquisador defende que essa seja a realidade de outros países em desenvolvimento. “É preciso fortalecer laboratórios públicos com capacidade tecnológica avançada para a produção de vacinas fora dos países onde estão as grandes empresas farmacêuticas, isto é, na América Latina, na Ásia e muito especialmente na África, onde há um déficit muito preocupante de acesso a vacinas e medicamentos”, apontou. “Precisamos ampliar a nossa capacidade tecnológica e buscar parcerias para que a gente não fique a reboque, com relação a vacinas que vierem a ser produzidas no futuro, para novos ou velhos patógenos que possam surgir”.

Por fim, Leonardo ressaltou que os chamados “vazios sanitários” — locais com baixa cobertura vacinal — representam um perigo global em uma epidemia, uma vez que se tornam ambientes propícios ao desenvolvimento de novas cepas e variantes de vírus, que podem se espalhar rapidamente. “Foi o que aconteceu no caso da covid com a variante ômicron. Quando todo mundo esperava um declínio da pandemia, surge uma variante nova e isso pode ser um processo interminável”, lembrou.

Na opinião de Margareth Dalcolmo, o Brasil precisa ter uma inteligência a ser acionada no momento de ameaça de uma nova pandemia. “Nós temos que ter pessoas preparadas para responder rapidamente, estoque de insumos preparados, para não sermos mais apanhados como fomos na pandemia e passar essa informação em tempo real às pessoas, para que todas tenham um comportamento coletivo igual e que isso possa gerar realmente uma mudança e contribuir para todos”. 

MEMÓRIAS DA COVID-19 NA RADIS

As histórias, o luto, a defesa do SUS e da ciência e as vozes mais impactadas da pandemia em nossas páginas



LICIA OLIVEIRA

11 de março de 2020. A partir do decreto da pandemia de covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e com as mudanças impostas pelo isolamento social, tudo mudou também para *Radis*. Desde o modo de fazer as reportagens, o trabalho à distância e as entrevistas remotas com seus interlocutores, mas, especialmente, as pautas que ganharam as nossas páginas buscavam ir além dos números e dados e se preocupavam em contextualizar e ouvir as pessoas que tinham menos chance de ter voz, assim como os que estavam fazendo a sua parte, seja na linha de frente ou desmentindo as *fake news*. Era o convívio com o medo e a

insegurança e, ao mesmo tempo, a esperança de que aquele momento iria passar.

A primeira capa sobre o assunto, “Emergência Internacional”, em março de 2020 (*Radis* 210), buscou explicar o surgimento da covid-19, a diferença entre os termos pandemia e epidemia, e como o SUS estava se preparando para encarar a situação. *Radis* preocupou-se em trazer não apenas os dados, mas as consequências diretas do que estava acontecendo e as previsões do que ainda estava por vir.

Relembre em dez temas as nossas abordagens sobre a pandemia de covid-19, ao longo das várias fases desse acontecimento que marcou a humanidade.

Doses de esperança: a emoção de receber a vacina contra a covid-19 foi um dos momentos marcantes da cobertura de *Radis*



PREFEITURA DE BOA VISTA

O SUS E OS TRABALHADORES DA LINHA DE FRENTE

Profissionais de saúde da linha de frente da covid-19 relataram o seu dia a dia e o trabalho exaustivo em uma edição que se tornou emblemática, “Heróis de carne e osso” (*Radis* 213, junho de 2020). Pedro Campana, médico infectologista da Santa Casa de São Paulo, que estampou a capa da edição, afirmou ao repórter Luiz Felipe Stevanim: “A grande angústia é a gente não saber quando isso vai diminuir ou acabar. Acredito que só se resolverá quando a gente tiver uma vacina eficaz”. Pedro foi entrevistado novamente por Adriano De Lavor nesta edição de *Radis* sobre os 5 anos da covid [Leia na página 10].

Não apenas médicos e profissionais da enfermagem, mas os chamados “trabalhadores invisíveis” desempenharam papel fundamental na pandemia, como mostra a *Radis* 228, de setembro de 2021. Eram maqueiros, motoristas de ambulância, auxiliares de serviços gerais, muitos deles trabalhadores “anônimos” da saúde. “Em muitos momentos, precisei trabalhar 24 horas ininterruptas porque colegas de trabalho eram afastados por conta da covid”, relatou Victor

Hugo Sousa, condutor de ambulância no Oeste do Pará [Leia como está a vida de Victor hoje, na página 10].

Além disso, a edição também contou com a entrevista de Maria Helena Machado, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) sobre seu estudo “Os trabalhadores invisíveis da saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto da covid-19 no Brasil”. Como ela disse na época, “são ‘invisíveis’ não porque inexistam, mas porque muitas vezes não são percebidos como deveriam no cotidiano. Nem pela equipe de trabalho nem pelos usuários, muito menos pelas instituições”.

E exatamente no ano em que o Sistema Único de Saúde completava 30 anos, em 2020, veio o seu maior desafio: a pandemia de covid-19. Apesar de todo o desmonte sofrido ao longo de vários governos, se não fosse o SUS, a tragédia no país poderia ter sido ainda maior. A edição 219 (dezembro de 2020), com o título “Tamanho Universal”, fala dos desafios enfrentados pelo sistema e como sua defesa cresceu em um momento em que ele se tornou imprescindível.

VULNERABILIDADES ESCANCARADAS

Em um contexto que mudou radicalmente a situação econômica e social de boa parte da população, *Radis* buscou reportar como estava a vida das pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade social. A edição 212 (maio de 2020), “Nós, os vulneráveis”, expunha as primeiras contradições de cara, ao exibir uma foto de Peter Illiciev na capa: no mesmo prédio, de uma janela, via-se uma pessoa se exercitando em casa e, de outra, uma mulher realizando um trabalho doméstico [Leia depoimento na página 16].

Radis ouviu indígenas, moradores de favelas, pessoas com HIV e em situação de rua. Vanilson Torres, conselheiro nacional de saúde e integrante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), questionou: “Quando começaram a falar em covid-19 e disseram ‘fiquem em casa’, isso dilacerou nossos corações. Para a população em situação de rua, como vai ficar em casa?”.

Hoje deputada federal (PSOL-MG), Célia Xakriabá, na época líder indígena e doutoranda em antropologia social, afirmou que a luta histórica dos povos originários para permanecer nos territórios tornou-se, mais do que nunca, uma medida de sobrevivência: “Quando se fala em ‘fique em casa’ ou ‘fique na aldeia’, as pessoas ainda não entenderam que essa sempre foi a nossa luta: a garantia de ficar na casa, de ficar na aldeia”.

“A expansão da pandemia de covid-19 pelas favelas, periferias e interiores do Brasil escancarou a perversa desigualdade social e econômica entre as classes sociais, naturalizada e aceita por grande parte da sociedade e das instituições do Estado, o que representa uma barreira às recomendações de higiene básica, distanciamento físico e permanência em casa”, escrevia Rogério Lannes, editor-chefe e coordenador do Programa *Radis*, no editorial de maio de 2020.

O medo de ser infectado pelo vírus convivia também com outras situações preocupantes, como o aumento da fome e a insegurança alimentar (*Radis* 225), e as condições precárias de trabalho enfrentadas pelos entregadores de aplicativo (*Radis* 215). As comunidades quilombolas sofriam com o racismo e o abandono do Estado (*Radis* 214) e as mulheres com a violência doméstica, ou se desdobrando em jornada tripla, especialmente as mães solo (*Radis* 213). *Radis* ouviu muitas pessoas que passavam por questões de sobrevivência não apenas em seu cotidiano, mas estavam envolvidos em cenários de incertezas.



A DOR E O LUTO PELAS VÍTIMAS

As consequências mais tristes deste acontecimento foram as mais de 715 mil mortes no Brasil. A maior parte dessas centenas de milhares de vidas foram ceifadas nos dois primeiros anos da pandemia. Ainda em 2020, *Radis* trouxe em sua reportagem de capa, de Adriano De Lavor e Ana Cláudia Peres, da edição 214 (julho de 2020), relatos sobre as dores de perder um ou mais entes queridos para a doença.

A psicóloga Maria Helena Franco questionou se essa seria uma nova forma de perceber o luto, visto que a perda era acrescida de mais mortes, do distanciamento da pessoa que estava doente e das restrições a velórios e enterros. “Tudo o que vem com esse tipo de morte compõe um jeito muito específico de viver a experiência do luto”, comentou. Além disso, ela apontou para um luto coletivo denso. “Não sei medir isso. Mas posso dizer de um sofrimento que talvez vá durar mais que a pandemia, porque necessita de um tempo de elaboração maior”.

No início de 2021, quando a variante P.1 estava predominando, houve a grande tragédia de Manaus, no Amazonas. Um misto de descaso, decisões erradas de autoridades e alta transmissibilidade fez com que a região ficasse sem cilindros de oxigênio e com falta de vagas nas UTI, em um cenário caótico (*Radis* 221, fevereiro de 2021).

Um dos sobreviventes, Marcelo Ferreira, contou que toda sua família foi infectada, mas ele e o sogro precisaram ser hospitalizados. O sogro não resistiu. “Não temos nenhum tipo de amparo do Estado. Toda hora um amigo próximo morre. Mães e pais jovens. Um amigo perdeu sete pessoas da família, incluindo filha, irmão e mãe. A situação aqui é desesperadora”, descreveu.

Ainda em 2021, foi com grande assombro, revolta e tristeza que vimos o Brasil chegar a meio milhão de mortos por covid-19. A reportagem de capa da *Radis* 226 (julho de 2021) trazia os dados apresentados pelos pesquisadores Pedro Hallal e Jurema Werneck durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19. Nesse contador das mortes, mostrado na capa, aproximadamente 400 mil poderiam ter sido evitadas mesmo antes da disponibilidade de vacinas, caso o Brasil tivesse adotado medidas de controle da transmissão do vírus.

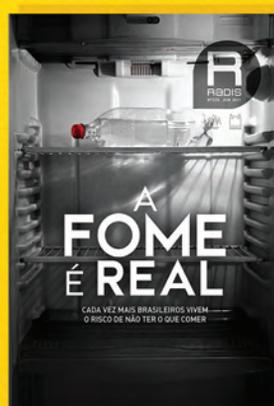


OUTRAS DOENÇAS NÃO DEIXARAM DE EXISTIR

Apesar do principal assunto em saúde ser a covid-19, não podemos nos esquecer de que as outras doenças continuaram existindo — e um grupo ainda mais prejudicado foram as chamadas doenças negligenciadas, entre as quais se incluem doença de Chagas, leishmaniose, malária, entre outras.

A *Radis* 218 (novembro de 2020) apontou para a invisibilidade das pessoas em tratamento dessas doenças e as dificuldades para aqueles que enfrentam problemas crônicos. Para Sergio Sosa-Estani, diretor do Programa de Chagas da iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi), havia o desafio de como o sistema de saúde daria conta do cenário pandêmico e do tratamento das doenças negligenciadas. “Falar na adaptação a uma nova normalidade da vida social e econômica também inclui recuperar a atenção das pessoas negligenciadas e mitigar a negligência incrementada durante a pandemia”, afirmou.

A reportagem “A outra pandemia”, na edição 222 (março de 2021), trouxe casos de pessoas com HIV que passaram por dificuldades no tratamento por causa da pandemia de covid-19 e do desmonte de programas voltados para o tratamento de ISTs e aids, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. A matéria também abordou o desabastecimento de remédios com a pandemia, e como até mesmo o deslocamento de pessoas em tratamento tornou-se mais restrito.



A SAÚDE MENTAL EM FRANGALHOS

Em um contexto em que tantos entraram em uma roda viva, cresceram as preocupações sobre saúde mental, com mortes de familiares e pessoas próximas, medo da própria morte, falta de trabalho, esgotamento pela atuação na área da saúde, insegurança alimentar, distanciamento social — enfim, não faltaram “gatilhos” para gerar sofrimento psíquico. Mesmo quem não passou por tantas dificuldades, pode ter, de alguma forma, desenvolvido ou voltado a ter problemas como ansiedade, depressão e outros transtornos mentais.

Ainda no primeiro ano de pandemia, na edição 213 (junho de 2020), *Radis* conversou com Alessandra Xavier, na época, professora da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e especialista na área de prevenção ao suicídio. Ela falou sobre a situação limite dos profissionais de saúde que atuavam na linha de frente. Ao abordar a realidade da população em geral, ressaltou que veríamos os efeitos da pandemia por anos: “Teremos muito trabalho, na área de saúde mental, para lidar com as dores e os lutos quando eles forem descongelados”, disse.

Em abril de 2022, a edição 235 trouxe os resultados preliminares de um estudo conduzido pela Fiocruz Mato Grosso do Sul em parceria com a Fiocruz Brasília, em que profissionais de saúde como médicos, enfermeiros, dentistas, farmacêuticos e fisioterapeutas, em sua maioria, apresentaram sintomas de estresse, ansiedade e depressão desde o registro dos primeiros casos de covid-19 no Brasil.

QUANDO OS SINTOMAS NÃO PASSAM: COVID LONGA

A covid-19 intrigou pesquisadores no mundo todo e muitos de seus efeitos foram percebidos ao longo do tempo. E qual não foi a surpresa e a angústia das pessoas que haviam sido infectadas ao perceberem que continuavam com sintomas ou ficaram com sequelas? Já em 2020, conhecemos os relatos de pessoas que, mesmo após o período de infecção, percebiam sinais no próprio corpo de que algo não havia retornado ao estado anterior à doença (*Radis* 218, novembro de 2020).

Com o tempo, a síndrome pós-covid (ou covid longa) ficou mais conhecida, mas não a ponto de que profissionais e serviços de saúde estivessem totalmente prontos para compreender os sinais. A edição 239 (agosto de 2022), com reportagem de Bruno Dominguez, trouxe o que já era conhecido pela ciência e o que ainda estava em aberto. Até aquele momento, estavam catalogados 200 sintomas possíveis para covid longa — alguns muito graves, como redução de mobilidade, dificuldade respiratória, trombose, ansiedade e hipertensão, até sintomas mais leves (perda de olfato e paladar, dores no corpo, tosse persistente, entre muitos outros), que com grande duração poderiam impactar na qualidade de vida daqueles que estavam acometidos pela condição.

VACINAÇÃO: DOSES DE ESPERANÇA

Desde o início, pesquisadores do mundo todo começaram a estudar e elaborar uma vacina que pudesse conter pelo menos os efeitos mais graves da covid. No Brasil, as primeiras pessoas se vacinaram no início de 2021. Ainda em 2020, a corrida pela vacina foi mostrada em *Radis*, na reportagem de capa da edição 216 (setembro de 2020). A matéria contava o passo a passo de como são elaboradas as vacinas e como elas são disponibilizadas à população de forma acessível, preservando o rigor científico e a complexidade dos processos de pesquisa e fabricação, no caso de uma vacina que era esperada ansiosamente.

Na edição 223 (abril de 2021), com muita alegria colocamos as fotos de nossos leitores sendo vacinados em várias partes do Brasil. No entanto, justamente na *Radis* seguinte, edição 224 (maio de 2021), falamos sobre o desmonte do Programa Nacional de Imunizações (PNI) durante os governos dos ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro, e como isso impactava o acesso à vacina da covid-19.

Em fevereiro de 2022, quando a pandemia estava perto de completar dois anos e, ao mesmo tempo, já tínhamos um ano do início da imunização no país, *Radis* mostrou como a vacina havia ajudado a evitar mortes e casos graves. Na reportagem de capa (*Radis* 233), o infectologista da Fiocruz, Júlio Croda, ressaltou que o fim da pandemia seria determinado pelo avanço da vacinação, mesmo diante do crescimento da variante ômicron, naquele início de ano. Por isso, era importante ampliar a cobertura para todos os grupos.



CIÊNCIA X NEGACIONISMO

Uma das maiores batalhas travadas durante a pandemia foi a da ciência contra o negacionismo. Desde o aparecimento dos primeiros casos de covid, práticas que burlavam o distanciamento social — para ir a festas, por exemplo — dificultavam o controle da doença. Porém, a negligência foi além: a desinformação e a postura anticiência foram adotadas como medidas governamentais, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, ao indicar, por exemplo, medicamentos sem comprovação científica para o tratamento precoce de covid, como cloroquina e ivermectina.

Este tema foi abordado na reportagem de capa da *Radis* 223 (abril de 2021), de Luiz Felipe Stevanim, que mostrou as várias faces do negacionismo, especialmente no contexto pandêmico. “No Brasil nunca tinha se discutido sobre vacina. A primeira vez que o brasileiro começou a duvidar da vacina foi agora porque plantaram a ideia de que a vacina poderia não ser segura e eficaz”, disse o pesquisador e médico infectologista Marcus Vinícius de Lacerda, um dos responsáveis pelo estudo que comprovou a ineficácia da cloroquina para o tratamento de covid-19.

O cientista, especialista em saúde pública da Fiocruz Amazonas, sofreu ameaças de morte por causa de sua pesquisa. “O Brasil acabou sendo o único país que adotou o negacionismo de forma tão frontal. Aqui isso virou política pública”, analisou, em entrevista à *Radis*.

Um pouco antes, na edição 221 (fevereiro de 2021), Margareth Dalcolmo, médica pneumologista da Fiocruz, havia estampado a capa de *Radis*. Com décadas de experiência em saúde pública, ela ganhou destaque na imprensa durante a pandemia como porta-voz da ciência. “A vacina é a única e perfeita solução de controle de uma epidemia do porte da covid-19”, disse.

Na edição 228 (setembro de 2021), foi a vez do neurocientista Miguel Nicolelis falar sobre a condução da covid-19 no Brasil. Para o pesquisador, “o Brasil foi um dos países com pior manejo da pandemia”.

AINDA NÃO ERA O FIM

Como consequência das ações negacionistas, em abril de 2022, o Ministério da Saúde decretou o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) vinculada a covid-19. A *Radis* 236 (maio de 2022) abordou o tema com a pergunta: “Acabou?”. O fim da pandemia somente seria decretado pela OMS no ano seguinte, em 5 de maio de 2023.

Enquanto as autoridades brasileiras, sob a liderança de Bolsonaro, em um ano eleitoral, colocavam fim no estado de emergência, os especialistas ouvidos por *Radis* diziam que a medida de relaxamento poderia deixar o SUS desassistido. “Serviços serão descontinuados. Profissionais que estão contratados via decreto terão seus contratos finalizados e isso vai ser bastante prejudicial para a população”, avaliou a epidemiologista Ethel Maciel.

E POR FIM, AS MEMÓRIAS

Essa é uma história que deve ser contada e nunca apagada. Cada um sabe o que viveu e quais marcas ficaram daquele período. São as memórias que foram produzidas ainda durante os acontecimentos, sobre um passado recente, para que não nos esqueçamos daqueles que se foram. Da mesma forma, é preciso olhar a história por diferentes perspectivas, sem perder de vista as vozes marginalizadas e silenciadas.

Em “Narradores da pandemia” (*Radis* 248, maio de 2023), somos apresentados a cinco comunicadores e comunicadoras populares, que participaram de uma oficina de reportagens no Observatório de Favelas, na Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro, e contam um pouco sobre os reflexos da covid na população periférica e de favela. Os cinco textos produzidos por eles foram publicados ao longo das edições seguintes, em 2023.

Em março de 2022, ao completar dois anos de pandemia, a edição 234 trouxe como reportagem de capa uma coletânea de “Cartas da pandemia”, em que *Radis* reuniu os relatos de leitores e leitoras sobre um mundo que estava em transição. Os destinatários eram os mais diversos: amigos, pais, o filho que ainda não havia nascido, trabalhadores da saúde, Oswaldo Cruz, a História.

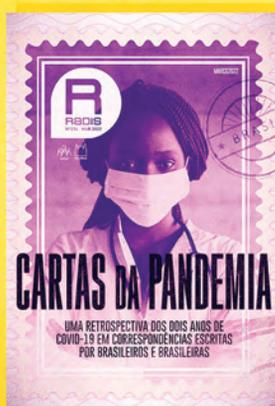
“Para muitos, seu trabalho é invisível. Lidar com essa invisibilidade já é difícil, mas revoltante mesmo é experimentar o negacionismo de quem ‘passou pano’ para todas as recomendações de cuidados enquanto você se mantinha na linha de frente, enfrentando um cotidiano de incertezas e o temor de adoecer e de contaminar os seus”, diz o trecho da carta de Janaína Liberali e Frederico Machado para Maria, uma profissional do SUS.



No Brasil, a pandemia não foi apenas a transmissão de um vírus e a luta contra a doença, mas um momento marcado por ações ineficazes e contraditórias que impulsionaram um número tão grande de mortes. A *Radis* 249 (junho de 2023), com a capa Memória da covid, trouxe a história de pessoas que perderam seus entes queridos e que não quiseram deixar essa memória se apagar, por meio do movimento de familiares de vítimas que buscam reparação e justiça [Leia mais na página 18], como a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico Brasil).

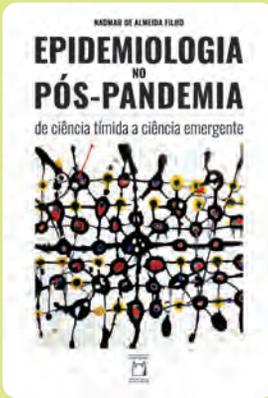
Na reportagem de Liseane Morosini, conhecemos Gustavo, Paola, Wilson, Milena e Lucynier e as lembranças dos momentos derradeiros com seus entes queridos. Ainda em 2023, em novembro, a edição 254 mostrou os lugares de memória que estavam sendo erguidos pelo país para guardar a memória das vítimas e reunir os relatos daqueles que ficaram.

Por aqui, tentamos resgatar um pouco de tudo o que vivemos nesse período, em que acompanhamos de perto a importância da saúde pública e do SUS para evitar uma tragédia ainda maior, ressaltamos o papel da vacinação como esperança para um recomeço e trouxemos à tona as dificuldades enfrentadas por muitos grupos e o papel da ciência no combate ao negacionismo. **R**



A VOZ DELAS

Os desafios enfrentados por mulheres de diferentes localidades do Brasil expõem a desigualdade na luta pela sobrevivência durante a pandemia de covid-19. O documentário *Mulheres & Covid* exhibe depoimentos de diversas mulheres indígenas, quilombolas, lideranças comunitárias e profissionais de saúde. A obra é uma realização do Departamento de Endemias Samuel Pessoa, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Densp/Ensp), e está disponível na plataforma da Videosaúde Distribuidora. Assista em: <https://bit.ly/documentariomulheresecovid>.



EPIDEMIOLOGIA NOS HOLOFOTES

Os desafios impostos pela pandemia de covid-19 transformaram a epidemiologia de uma ciência considerada “tímida” em um campo audacioso e central na saúde coletiva. O tema é abordado no novo livro de Naomar de Almeida Filho, professor titular aposentado

da Universidade Federal da Bahia (UFBA), publicado pela Editora Fiocruz, com o título *Epidemiologia no Pós-Pandemia: De ciência tímida a ciência emergente*. A obra trata de conceitos como risco, causalidade e desigualdades em saúde, em uma abordagem que articula saberes biomoleculares, sociais e culturais.



TECENDO PONTOS DE VISTA

Programa semanal de entrevistas conduzido por Branca Vianna, o podcast *Fio da Meada* recebe convidados para debater ideias e temas que estão em alta ou que são necessários para ajudar a compreender um mundo complexo. A entrevistadora traça um fio condutor para abordar temáticas que vão desde a necessidade do enegrecimento da Justiça até as questões de ecoansiedade e pragmatismo climático. O podcast é um dos projetos originais da produtora Radionovelo, disponível nos principais aplicativos de áudio.



APOCALIPSE BURGUEÊS

Nova série do ilustrador Leandro Assis cria universo distópico sobre um apocalipse zumbi. A obra *A Hora dos Acordados*: Porque é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo, simula

o momento em que os mortos irão acordar e se voltar contra os bilionários que, de uma hora para outra, precisam deixar o lucro e o luxo de lado para lutar pela própria sobrevivência. A série faz uma crítica social a partir da perspectiva de quem mais sofre com a destruição do meio ambiente não é quem mais lucra com ela. A obra está no perfil @leandro_assis_ilustra.

FUTUROS INCERTOS

Em meio a uma crise climática, são necessárias ações urgentes para enfrentar as desigualdades causadas pelas mudanças no mundo. O livro *Mulheres e (in)Justiça Climática no Antropoceno*, da especialista em direito ambiental Letícia Maria Rêgo Teixeira Lima, analisa criticamente o impacto humano no meio ambiente, além de abordar os direitos humanos e socioambientais.



Exploração de Petróleo na Foz do Amazonas: desenvolvimento ou ilusão?

REGINA CELI PEREIRA*

A exploração de petróleo na Margem Equatorial reacende um dilema: crescimento econômico e preservação ambiental são, de fato, conciliáveis? O governo federal defende que o potencial da região, com até 10 bilhões de barris, segundo levantamento de 2023 do Ministério das Minas e Energias (MME), é estratégico para o desenvolvimento nacional. A promessa: 350 mil empregos e aumento na arrecadação. O preço? Riscos ambientais irreversíveis, como alerta o Ibama, que já negou a licença solicitada pela Petrobras.

O Cone Amazônico, um recife recém-descoberto e essencial para o equilíbrio climático, pode ser gravemente afetado. Estudos apontam 18 impactos negativos, incluindo danos à fauna marinha e prejuízos à pesca artesanal. Para milhares de famílias que dependem desse sustento, o petróleo não representa progresso, mas o fim de sua principal fonte de renda.

A possibilidade de um vazamento não é remota. O Brasil tem um histórico preocupante de acidentes ambientais. Em 2000, 1,3 milhão de litros de óleo vazaram na Baía de Guanabara. Em 2019, manchas misteriosas afetaram mais de mil quilômetros do litoral nordestino, comprometendo ecossistemas e a economia pesqueira. Esses episódios mostram que os riscos não são teóricos — são uma ameaça concreta, especialmente em áreas frágeis como a Foz do Amazonas.

O governo alega que os lucros do petróleo financiarão a transição para energias limpas. Mas essa lógica esbarra em um paradoxo: se o futuro está nas fontes renováveis, como solar, eólica e biomassa — que já representam cerca de 48% da matriz energética brasileira —, por que insistir em abrir novas frentes de exploração fóssil? O relatório de 2022 do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) destaca a urgência de reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa em 43% até 2030 para conter o aquecimento global e limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. Para alcançar esse objetivo, não basta reduzir o consumo atual de combustíveis fósseis. É essencial interromper novos projetos que ampliem a dependência dessas fontes.

A exploração petrolífera na Guiana, a 150 km da Foz do Amazonas, é usada como justificativa para o projeto brasileiro, mas essa comparação é enganosa, pois ignora fatores essenciais. A Guiana iniciou a exploração após anos de estudos e exigiu infraestrutura robusta para conter vazamentos. O Brasil, por sua vez, tem um acúmulo de falhas no gerenciamento de desastres ambientais. A ausência de um plano de emergência eficaz reforça a insegurança sobre os riscos de um vazamento na Foz do Amazonas. Além disso, as condições ambientais são distintas. Correntes marítimas podem levar o óleo a manguezais e berçários marinhos, comprometendo ecossistemas únicos. Nenhuma tecnologia existente pode garantir a contenção total desses danos.

Em 2025, o Brasil sediará a COP 30 em Belém. Será o momento de reafirmar, diante do mundo, o compromisso com a preservação ambiental. No entanto, ao mesmo tempo em que se apresenta como defensor do clima, o governo brasileiro discute abrir uma nova fronteira de exploração petrolífera. Essa contradição fragiliza o discurso ambientalista do país. Como convencer outras nações a reduzir suas emissões enquanto ampliamos a produção de combustíveis fósseis?

A conclusão a que se chega é a seguinte: o futuro não se perfura. A exploração de petróleo na Margem Equatorial não se resume a um embate entre progresso e preservação. O verdadeiro dilema é escolher entre repetir o modelo extrativista do passado ou liderar, de forma consistente, a transição energética global. A Foz do Amazonas é uma fronteira ecológica, científica e econômica. Explorar essa região traz riscos ambientais irreversíveis e ganhos econômicos duvidosos.

O Brasil tem a possibilidade de se tornar uma potência climática com base em seus recursos renováveis, liderando pelo exemplo e abrindo novas perspectivas para o Sul Global. O país está diante de uma encruzilhada histórica. Apostará no extrativismo predatório, comprometendo ecossistemas e sua posição global, ou liderará a transição energética com um modelo sustentável e inovador? O futuro não espera. O tempo para agir é agora. 

■ GEÓGRAFA, MESTRE EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, COM MBA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA NEGÓCIOS. ATUA NA INTERSEÇÃO ENTRE TECNOLOGIA, TERRITÓRIO E JUSTIÇA CLIMÁTICA, INVESTIGANDO AS DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS E SOCIOAMBIENTAIS CONTEMPORÂNEAS.

QUEREMOS
OUVIR
VOCÊ



PARTICIPE DA
PRIMEIRA PESQUISA
DE OPINIÃO DE *RADIS!*

ACESSE:

<http://bit.ly/pesquisaradis2025>



FREEMK